

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	V
ENTENDENDO MELHOR A ESTRUTURA DO LIVRO	VII
ENTENDENDO OS SÍMBOLOS PARA FACILITAR A PESQUISA	IX
LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA – LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985.....	1

Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:..... 1

▶ O conceito de ação civil pública.....	1
▶ A importância do surgimento da Lei da Ação Civil Pública no ordenamento jurídico brasileiro.....	1
▶ A importância da ação civil pública nas palavras do Presidente da República responsável pela sanção da Lei Federal nº 7.347/85.	2
▶ A proteção e tutela de novos bens jurídicos por meio da entrada em vigor da Lei da Ação Civil Pública.	2
▶ A ação civil pública e o princípio da dignidade da pessoa humana.	3
▶ A origem da Lei da Ação Civil Pública em anteprojetos elaborados por especialistas.	3
▶ O conceito de processo coletivo.....	3
▶ Os dois modelos de processo coletivo existentes no ordenamento jurídico brasileiro: ações coletivas (ação civil pública, mandado de segurança coletivo etc.) e julgamento de casos repetitivos (incidente de resolução de demandas repetitivas e recursos especial e extraordinário repetitivos).....	4
▶ A importância da existência de mais de uma espécie de processo coletivo.....	6
▶ A tendência mundial da previsão de mais de uma espécie de processo coletivo.	6
▶ Na doutrina, acrescentando a centralização dos processos (inciso II, § 2º, art. 69, CPC).	7
▶ A Cooperação Judiciária Interna para a Centralização dos Processos e Produção da Prova Comum (Resolução CNJ nº 350/2020)	8

▶ A convergência entre os objetos da ação coletiva e do julgamento de casos repetitivos a partir da prejudicialidade da questão de direito.....	9
▶ Zonas de atuação exclusivas ou preferenciais das ações coletivas.....	9
▶ Zonas de atuação exclusivas ou preferenciais dos procedimentos de julgamento de casos repetitivos.	10
▶ Normas fundamentais da tutela jurisdicional coletiva.....	10
▶ Princípio do devido processo legal coletivo.....	10
▶ Princípio da primazia do julgamento do mérito.....	11
▶ Princípio da reparação integral do dano.....	12
▶ Princípio da não taxatividade e atipicidade da ação e do processo coletivo.....	12
▶ Princípio da máxima prioridade da tutela jurisdicional coletiva.	13
▶ Princípio da presunção da legitimidade <i>ad causam</i> ativa.....	14
▶ Princípio do máximo benefício da tutela jurisdicional coletiva.	15
▶ Princípio da máxima efetividade do processo coletivo.....	15
▶ Princípio da máxima amplitude ou atipicidade da tutela jurisdicional coletiva.	16
▶ Princípio da universalidade da jurisdição.....	17
▶ Princípio da participação.	17
▶ Princípio da economia.....	18
▶ Ação civil pública ou ação coletiva? Duas faces da mesma moeda.	18
▶ Distinções entre ação coletiva e litisconsórcio.	20
▶ Três conceitos fundamentais para o processo coletivo: grupo, membro do grupo e condutor do processo coletivo.	20
▶ A importância da identificação do grupo nas ações coletivas e a Recomendação nº 76/2020 do CNJ. Arts. 4º e 6º da Recomendação nº 76/2020.	21
▶ Direitos ou interesses coletivos <i>lato sensu</i> ? Duas faces da mesma moeda.....	21
▶ Conceito de direitos coletivos <i>lato sensu</i>	23
▶ Critérios de distinção entre os direitos difusos, coletivos <i>strictu sensu</i> e individuais homogêneos.	23
▶ Critérios de identificação do direito coletivo <i>lato sensu</i> objeto de uma ação civil pública e a tutela jurisdicional que se busca em juízo.	24
▶ Direitos difusos (art. 81, par. único, inciso I, do CDC).....	25
▶ Titularidade do direito: pessoas indeterminadas.	25
▶ Divisibilidade do direito: direitos indivisíveis.	26

▶ Origem do direito: circunstância de fato.....	26
▶ Direitos coletivos <i>strictu sensu</i> (art. 81, par. único, inciso II, do CDC).....	26
▶ Titularidade e origem do direito: pessoas determináveis.....	26
▶ Divisibilidade do direito: direitos indivisíveis.	27
▶ Origem comum: relação jurídica base entre os titulares ou com a parte contrária.	28
▶ Direitos Individuais Homogêneos (art. 81, par. único, inciso III, do CDC).....	28
▶ Titularidade, divisibilidade e origem dos direitos individuais homogêneos.....	28
▶ Direitos individuais homogêneos não são uma hipóteses de litisconsórcio ativo facultativo ou necessário.....	30
☐ A possibilidade de tutela de direitos individuais homogêneos por meio da ação civil pública.	30
☐ Necessidade de demonstrar a homogeneidade de interesse individual para o ajuizamento de ação civil pública que tutele direitos individuais homogêneos.	30
☐ Exemplo prático. Reconhecimento da existência direito individual homogêneo em demanda coletiva em que se requeria a declaração de ilegalidade de cobrança de tarifas de administração e conservação de crédito. ..	31
▶ Requisitos para a tutela de direitos individuais homogêneos: predominância de questões comuns sobre as individuais e a utilidade da tutela coletiva no caso concreto.	31
☐ Direitos individuais homogêneos como verdadeiros direitos coletivos.	31
☐ Os direitos individuais homogêneos: núcleo de homogeneidade e margem de heterogeneidade.....	33
☐ Ação coletiva híbrida e a múltipla incidência: tutela de mais de um direito coletivo em uma única ação coletiva.	34
▶ A demonstração da natureza coletiva do direito como requisito de procedibilidade da ação civil pública.	35
▶ Bens jurídicos penais coletivos e sua adequada tutela como direitos coletivos <i>lato sensu</i>	35
▶ A insuficiência da classificação dos direitos coletivos <i>lato sensu</i> do CDC:	36
▶ Tipologia dos litígios coletivos. A classificação dos litígios coletivos: litígios coletivos de difusão global, local e irradiada.	37
▶ Litígio coletivo de difusão global.....	38
▶ Litígio coletivo de difusão local.....	38
▶ Litígio coletivo de difusão irradiada.....	38
▶ Tipologia dos litígios coletivos: complexidade e conflituosidade.	39

▶ A relação da ação civil pública com a ação popular e a conexão por afinidade.....	39
▣ Ação Popular Multilegitimária. A ação civil pública como uma espécie de ação popular multilegitimária.....	40
▶ A possibilidade de configuração de danos transnacionais a direitos coletivos e a ação coletiva transnacional.....	40
▶ A tutela jurisdicional coletiva por meio dos processos coletivos transnacionais: conceito e características.....	41
▶ Tutela <i>opt in</i> ou híbrida: membro estrangeiro.....	41
▶ A possibilidade de dano extrapatrimonial coletivo (dano moral coletivo) nas ações civis públicas.....	45
▣ A configuração do dano moral coletivo <i>in re ipsa</i>	48
▶ Fundamentos favoráveis à possibilidade de dano moral (extrapatrimonial) coletivo.....	49
▶ Fundamentos contrários à possibilidade de dano moral (extrapatrimonial) coletivo.....	49
▣ Descabimento na utilização do critério punitivo (danos punitivos ou <i>punitive damages</i>) para fixação de indenização decorrente de dano moral coletivo... ..	49
▶ Possibilidade de realização de controle difuso e incidental de constitucionalidade na ação civil pública.....	50
▶ O efeito <i>erga omnes</i> das sentenças de procedência na ação civil pública não implica em usurpação de controle concentrado quando uma das causas de pedir da ação seja a inconstitucionalidade de uma norma.....	52
▶ Impossibilidade da aplicação do art. 503, § 1º, CPC na questão prejudicial de inconstitucionalidade.....	53
▶ Limites para o controle difuso de constitucionalidade por ação coletiva.....	53
▶ Usurpação de competência no pedido principal de obrigação de fazer e não fazer:	54
▶ A ação civil pública e o conceito de realização de políticas públicas.....	55
▶ O controle jurisdicional de políticas públicas.....	56
▶ Controle de políticas públicas como uma regra diante do sistema de “freios e contrapesos” previsto no ordenamento brasileiro.....	57
▶ Controle de políticas públicas e a possibilidade de revisão judicial de atos administrativos discricionários.....	57
▶ Os problemas ligados ao controle jurisdicional de políticas públicas: argumento democrático e argumento da inaptidão estrutural.....	58
▶ Controle de políticas públicas e o princípio do ativismo judicial.....	59

▶ Ativismo da lei e da Constituição (otimismo normativo e vinculação aos precedentes).....	60
▶ Ativismo processual e ativismo substancial.	62
▶ A reserva do possível não pode ser obstáculo absoluto para realização de controle judicial de políticas públicas que envolvem a implementação de direitos fundamentais.....	62
▶ A aplicação da ponderação de princípios e a preservação do núcleo essencial dos direitos fundamentais.	63
▶ O controle jurisdicional de políticas públicas: o ônus da prova da insuficiência de recursos recai sobre o Poder Público.....	64
▶ A efetivação de políticas públicas e a importância dos negócios jurídicos processuais.....	66
▶ Requisitos legais para realização de negócios jurídicos processuais envolvendo políticas públicas.	66
▶ Contrato de adesão e cláusulas abusivas.	67
▶ Exemplo prático. Calendarização processual.....	67
▶ Exemplo prático. Suspensão convencional do processo. Negócio processual típico.....	67
▶ Dilatação dos prazos processuais antes de seu encerramento.....	68
▶ Exemplo prático. Negociação dos prazos processuais.	68
▶ Exemplo prático. Delimitação consensual das questões de fato e de direito.	68
▶ Delimitação consensual das questões de fato e de direito e CPC.....	69
☐ O Supremo Tribunal Federal e a possibilidade de judicialização das políticas públicas.....	69
☐ Exemplo prático de controle jurisdicional de políticas públicas. A utilização de recursos do Fundo Penitenciário para implementação de políticas públicas necessárias à preservação dos direitos dos presos.	70
☐ Exemplo prático de controle jurisdicional de políticas públicas. Atendimento em creche e pré-escola para crianças de até seis anos de idade.	70
☐ Exemplo prático de controle jurisdicional de políticas públicas. Direito fundamental à saúde.	71
☐ Exemplo prático de controle jurisdicional de políticas públicas. Direito fundamental à segurança pública.	71
☐ Exemplo prático de controle jurisdicional de políticas públicas. Diversas irregularidades estruturais e sanitárias em cadeia pública.	72
☐ Exemplo prático de controle jurisdicional de políticas públicas. Direito fundamental à assistência jurídica gratuita aos hipossuficientes.	75

☐ Exemplo prático de controle jurisdicional de políticas públicas. Direito fundamental ao meio ambiente equilibrado.	75
☐ Exemplo prático de controle jurisdicional de políticas públicas. Coleta de Lixo.	75
☐ Exemplo prático de controle jurisdicional de políticas públicas. Proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes.	77
▶ A criação do Núcleo de Ações Coletivas – NAC pelo Conselho Nacional de Justiça e a promoção do monitoramento e da busca pela eficácia no julgamento das ações coletivas (Resolução nº 339/2020). Art. 2º da Resolução 339/2020.	77
▶ As atribuições do Núcleo de Ações Coletivas – NAC. Art. 4º da Resolução 339/2020.	77
▶ O Painel das Ações Coletivas: uniformização, publicidade e divulgação dos dados das ações coletivas no território nacional. Art. 6º da Resolução 339/2020.	78
▶ O consequencialismo e alteração da LINDB (Lei 13.655/2018): reflexos nas ações civis públicas.	78
▶ Improriedades do parágrafo único do art. 20 da LINDB diante das peculiaridades da ação civil pública.	79
▶ O regime de transição e o art. 23 da LINDB.	79
I – ao meio-ambiente;	80
▶ A tutela do meio ambiente por meio da ação civil pública.	80
☐ A fungibilidade da tutela ambiental (ampliação do <i>thema in decidendum</i>): a área objeto da agressão ambiental pode ser de extensão maior do que a referida na inicial e maior amplitude da causa de pedir ambiental decorrente de fatos constatados na instrução desde que ligados ao fato-base.	80
☐ Possibilidade de averbação de ACP no cartório de registro de imóveis de empreendimento em área de preservação permanente sem autorização dos órgãos ambientais.	81
☐ A responsabilização por dano ambiental e a formação de litisconsórcio passivo facultativo.	82
▶ A importância da participação da sociedade como litisconsorte ativo necessário nas ações civis públicas que tutelam o meio ambiente.	82
▶ A tutela do meio ambiente e controle jurisdicional do processo de licenciamento ambiental por meio do ajuizamento de ação civil pública.	82
☐ Interpretação <i>in dubio pro natura</i> da legislação ambiental relativa aos direitos coletivos <i>lato sensu</i>	84

☐ Precedente. Súmula. Súmula 618 do STJ:.....	84
☐ A responsabilidade por danos ambientais é solidária entre o poluidor direto e o indireto.	84
II – ao consumidor;.....	84
▶ A defesa coletiva do consumidor por meio da ação civil pública.....	84
▶ Exemplos de tutela de direito difuso na tutela do direito do consumidor.	85
▶ Exemplos de tutela de direito coletivo <i>strictu sensu</i> na tutela do direito do consumidor.	85
▶ Exemplos de tutela de direitos individuais homogêneos na tutela do direito do consumidor.	85
▶ A tutela de direitos difusos dos consumidores em face de danos decorrentes da reiterada prestação de informações falsas ou distorcidas.....	85
☐ Possibilidade de direito coletivo do consumidor relativo à prestação de serviço sem autorização.....	86
☐ Possibilidade de ajuizamento de ação civil pública com requerimento de suspensão de cobrança a maior de prêmios de seguro-saúde.....	86
☐ Possibilidade de ajuizamento de ação civil pública para evitar a veiculação de propaganda enganosa.....	87
☐ Possibilidade de ajuizamento de ação civil pública para a declaração de nulidade de cláusula abusiva em contrato consumerista.....	87
▶ Possibilidade de ajuizamento de ação civil pública para tutela de direitos individuais homogêneos de advogados em face das empresas de serviços de transporte aéreo.	87
III – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;.....	88
IV – a qualquer outro interesse difuso ou coletivo;	88
☐ A possibilidade de tutela de qualquer espécie de direito difuso e coletivo por meio da ação civil pública.	88
▶ Cabimento de ajuizamento de ação civil pública como instrumento de defesa da sociedade contra abusos das redes de televisão e rádio.	89
▶ Cabimento de ação civil pública diante de ilegalidades constatadas no terceiro setor (fundações e associações de interesse social).	89
▶ Cabimento de ação civil pública para a tutela da saúde e da segurança dos trabalhadores.	90
▶ Cabimento de ação civil pública para defesa dos investidores no mercado de valores mobiliários.	90

▶ A cautela na utilização da acção civil pública diante da dinâmica e do inerente risco que envolve o mercado de valores mobiliários.	91
▶ Legitimidade ampla de todos os entes legitimados (art. 5º da LACP e art. 82 do CDC) para o ajuizamento da acção civil pública.....	92
▶ Cabimento de acção civil pública para defesa coletiva das pessoas com deficiência.	92
▶ O direito coletivo <i>lato sensu</i> das pessoas com deficiência relativo à eliminação de barreiras (art. 3º, IV, Lei 13.146/2015).	93
▶ Cabimento de acção civil pública para tutela do direito difuso da segurança pública.	93
▶ Cabimento de acção civil pública para tutela de direitos coletivos pertencentes aos torcedores (Lei nº 10.671/03 – Estatuto do Torcedor).	94
▶ Cabimento de acção civil pública visando à implementação de Programa e <i>Compliance</i> no Terceiro Setor (associações e fundações).	96
V – por infração da ordem econômica;	97
▣ Possibilidade de ajuizamento de acção civil pública visando à proteção da ordem econômica.	97
VI – à ordem urbanística.....	98
▶ A tutela da ordem urbanística por meio da acção civil pública e a ausência de plano diretor.	98
▶ A defesa da ordem urbanística e a inércia do Poder Executivo no controle sobre o processo urbanístico.	98
▶ A defesa da ordem urbanística e a tutela coletiva dos vizinhos urbanos.	99
▶ A defesa da ordem urbanística e a utilização inadequada de imóveis urbanos.	99
▶ A defesa da mobilidade e acessibilidade urbanas por meio da acção civil pública.....	100
▶ Cabimento de acção civil pública para reconhecimento da usucapião coletiva de imóvel urbano na tutela do direito à moradia.....	100
▣ Suspensão do pagamento de indenização e honorário sucumbencial fixado em acção de desapropriação diante do trâmite de acção civil pública ajuizada para discutir o domínio do imóvel.	100
▣ Legitimidade do Ministério Público Estadual e ilegitimidade do Ministério Público Federal para o ajuizamento de acção civil pública que visa garantir a	

participação popular na elaboração do projeto legislativo do Plano Diretor do Município.	101
VII – à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.	101
▶ A tutela de quaisquer direitos coletivos pertencentes aos grupos raciais, étnicos e religiosos por meio da ação civil pública.	101
▶ Os conceitos de etnia e religião.	102
▶ Os conceitos de honra e dignidade.	102
VIII – ao patrimônio público e social.	102
▶ A tutela do patrimônio público por meio da ação civil pública.	102
▶ Os conceitos de patrimônio público e de patrimônio social como bens jurídicos tuteláveis na ação civil pública.	103
▶ A defesa do patrimônio cultural e o tombamento ou preservação de bem cultural.	103
▶ Ação civil pública para a tutela do patrimônio cultural: máxima amplitude de seu objeto e máxima efetividade da tutela jurisdicional.	104
Parágrafo único. Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.	104
▶ Impossibilidade de ajuizamento de ação civil pública com veiculação de pretensão envolvendo tributos, contribuições previdenciárias, FGTS ou outros fundos de natureza institucional.	104
▶ Inconstitucionalidade do parágrafo único do art.1º da LACP: violação ao direito fundamental de acesso à justiça (art. 5º, XXXV, CF/88).	105
▶ A vedação prevista no art. 1º, parágrafo único da LACP deve ser aplicada de forma restritiva e compreendida <i>numerus clausus</i>	106
☐ Exemplo prático. Impossibilidade de ajuizamento de ação civil pública para impedir a cobrança de taxa de iluminação pública.	107
☐ Exemplo prático. Impossibilidade de ajuizamento de ação civil pública para anular Termo de Acordo de Regime Especial – TARE.	107
☐ Exemplo prático. Impossibilidade de ajuizamento de ação civil pública para tratar de COFINS.	107

- ❑ Exemplo prático. Possibilidade de ajuizamento de ação civil pública discutir prática abusiva de cobrança unificada de contribuição e tarifa de serviço público: distinção entre direito tributário e direito do consumidor. 108
- ❑ A vedação do parágrafo único do art. 1º não alcança o DPVAT. 108

Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa. 109

- ▶ Normas correlatas em outras legislações. 109
 - ▶ Art. 93 da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). 109
 - ▶ Art. 209 da Lei n. 8.069 (ECRIAD). 109
 - ▶ Art. 80 da Lei 10.741/03 (Estatuto dos Idosos). 109
 - ▶ Art. 1º da Lei n. 4.717/65 (Lei da Ação Popular). 109
- ▶ Dois critérios para aferição da competência nas ações coletivas: localidade do dano e âmbito de extensão do dano. 110
- ❑ Aplicação do art. 93 do CDC a todas as demandas coletivas, inclusive às ações civis públicas. 110
- ▶ Competência do juízo do local do dano quando o dano é local. 111
- ▶ Competência da capital do Estado em caso de dano que atinge todo ou quase todo um único Estado-membro. 111
- ▶ Competência concorrente das capitais dos Estados atingidos em caso de dano regional. 111
- ❑ A competência concorrente das capitais dos Estados ou do DF em caso de dano de âmbito nacional. 112
- ▶ Obrigatoriedade de fixação do foro do DF como competente para ação coletiva de âmbito nacional. 113
- ▶ Equívoco na utilização de competência funcional e a adequação da competência absoluta. 113
- ▶ Distinções entre juízo, foro e justiça competente. 114
- ❑ A falta de juízo federal no local do dano e o cancelamento da Súmula nº 183 do Superior Tribunal de Justiça. 115
- ❑ Presença do MPF no polo ativo e a competência da Justiça Federal para processar e julgar a ação civil pública. 116
- ❑ Competência do juízo de primeiro grau para processar e julgar ação civil pública em face de Presidente da República e Ministro de Estados. 119
- ▶ Competência, atribuição, legitimação do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual, consequências. 120

☐ Competência da Justiça Federal para processar e julgar ação civil pública que busca tutela de Rio da União.	121
☐ Competência da Justiça Federal para processar e julgar ação civil pública que envolve dano ou risco de dano ambiental em porto marítimo, fluvial ou lacustre.	121
☐ Competência da Justiça Federal em razão da natureza dos bens relacionados à União.	122
☐ Competência da Justiça Estadual para o ajuizamento de ação civil pública contra partidos políticos por dano ao meio ambiente em razão de propaganda eleitoral.	123
☐ Competência do local do dano ambiental em ação civil pública quando não há interesse da União.	124
▶ Estabelecimento do foro competente a partir da abrangência do dano tutelado na ação civil pública.	124
▶ A participação processual da união, entidades autárquicas e empresas públicas federais e a competência da justiça federal.	124
☐ Precedente. Súmula. Súmula 489 do STJ.	125
☐ Competência do foro do local do fato para o julgamento da ação popular quando já em andamento ação civil pública com objeto assemelhado e a necessidade de <i>distinguishing</i> (distinção) entre o precedente anteriormente fixado pelo STJ.	125
☐ Competência absoluta de vara especializada da infância e da juventude para tutela de direito coletivo.	127
Parágrafo único. A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.	
▶ A prevenção do juízo (art. 2º, par. único da LACP).	127
▶ Aplicação da regra especial de prevenção prevista na LACP (protocolo da petição inicial) mesmo diante de previsão diversa do CPC/2015 (registro ou distribuição da ação).	128
▶ Princípio da competência adequada.	128
▶ Competência adequada. Kompetenz-kompetenz:	129
☐ Exceção às regras da fixação de competência e prevenção do juízo em face de situação de multiconflituosidade que resultou em impactos locais, regionais e nacionais.	129
▶ Centralização por ato de cooperação (Res. CNJ nº 350/2020) e modificação de competência.	130

Art. 3º A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.....	133
▶ Normas correlatas em outras legislações.....	133
▶ Art. 83. da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).....	133
▶ Possibilidade de realizar requerimento de qualquer tutela (declaratória, constitutiva, condenatória, mandamental ou executiva <i>lato sensu</i>) em ação civil pública.	133
▶ A utilização do conectivo “ou” não representa a impossibilidade de cumulação de pedidos na ação civil pública.....	133
▶ Possibilidade de cumulação de pedidos em sede de ação civil pública.....	134
☐ Possibilidade de cumulação de pedidos em sede de ação civil pública para tutela do meio ambiente.....	135
☐ Possibilidade da cumulação de pedidos de obrigações de fazer e não fazer em uma única ação civil pública.....	137
☐ Impossibilidade de cumulação de pedidos com base em incompetência absoluta.....	137
☐ Possibilidade de ajuizamento de ação civil pública com pedido de obrigação de fazer em defesa ao direito à saúde.....	137
☐ A alteração da causa de pedir e do pedido sem anuência do réu após a contestação.....	138
☐ Alteração do pedido e/ou da causa de pedir pelo Ministério Público em atuação como fiscal da ordem jurídica.....	139
▶ A interpretação do pedido de forma ampla pelo juiz no processo coletivo...	140
▶ A importância dos fatos na interpretação do pedido.....	140
▶ A importância dos fatos na apresentação da defesa.....	141
☐ A interpretação do conjunto da postulação (art. 322, § 2º, CPC) na ação civil pública e o princípio demanda	141
☐ Exemplo prático de obrigação de não-fazer. Proibição de interromper o fornecimento de serviço de energia elétrica à pessoa carente e diagnosticada com grave enfermidade.....	142
☐ Exemplo prático de obrigação de não-fazer. Proibição de envio de cartão de crédito, mesmo que bloqueado, sem pedido pretérito e expresso do consumidor.	142
▶ A atipicidade dos meios executivos no cumprimento de obrigações de fazer, não fazer e de pagar quantia (art. 139, IV, CPC).	142
▶ Impossibilidade da prisão como medida coercitiva em ação civil pública.....	143

▶ A prisão poderá decorrer a partir de processo criminal em que seja reconhecido o crime de desobediência (art. 330 do CP).	143
▶ O artigo 139, IV do CPC como cláusula do processo estrutural no direito brasileiro.	143
▶ O conceito de litígio e decisão estrutural (<i>structural injunction</i>).....	144
▶ O conceito de problema estrutural.	144
▶ A origem do processo estrutural.....	144
▣ Exemplo prático. ACP que versa sobre o acolhimento institucional de menor por período acima daquele fixado em lei.....	145
▣ Exemplo prático. ACP que busca a reforma e melhorias em hospital público.	145
▣ Exemplo prático. ACP que busca o controle de superpopulação carcerária.	146
▣ Necessidade de tutela adequada aos litígios estruturais mesmo diante da ausência de previsão normativa.	146
▶ O conteúdo complexo da decisão estrutural.	146
▶ Utilização de decisões em cascata para uma adequada resolução do processo estrutural.	147
▶ Possibilidade de revisão e fiscalização periódica da eficácia da decisão estrutural.....	147
▶ As características de um litígio e de um processo estrutural: complexidade e problema estrutural.....	148
▶ Outras características do processo estrutural: multipolaridade, coletividade e complexidade.....	148
▶ Litígios estruturais como espécie de litígio coletivo de difusão irradiada.	149
▶ Utilização do processo estrutural como último recurso a ser utilizado para adequadamente solucionar o litígio estrutural.....	149
▶ As decisões estruturais e a necessidade de superação de um estaque paradigmático de separação dos Poderes.	149
▶ As decisões estruturais e uma atenuação da regra de congruência objetiva externa: correlação entre o pedido e a decisão.	150
▶ Flexibilização da regra da congruência objetiva externa (correlação entre pedido e decisão) no processo civil dos desastres.	151
▶ A necessidade de flexibilização e adequação procedimental nos processos estruturais: fracionamento da resolução do mérito, atipicidade dos meios de prova e atipicidade dos meios executivos.	152
▶ A participação ampliada nos processos estruturais.....	153
▶ A publicidade nos processos estruturais.....	153

▶ A utilização do procedimento especial bifásico do processo falimentar como <i>stantard</i> do processo estrutural.	153
▶ A primeira fase do processo estrutural: constatação do estado de desconformidade e decisão estrutural que estabelece uma meta a ser atingida.	154
▶ A segunda fase do processo estrutural: implementação da meta estabelecida na decisão estrutural.	154
❑ Impossibilidade de julgamento de improcedência liminar do pedido ou de julgamento antecipado do mérito em processo estrutural.	154
❑ Processo Estrutural. Determinação de contratação de enfermeiros em número específico. Necessidade de uma construção dialogada de um plano, inclusive com cronograma de implantação gradativa.	155
▶ Possibilidade de realização de pedido genérico e ilíquido no processo coletivo fora das hipóteses do art. 324 do CPC.	156

Art. 4º Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar dano ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. (Redação dada pelas Leis nº 12.966 e nº 13.004, de 2014)..... 157

▶ A extinção da ação cautelar pelo CPC/2015 e a compreensão atual do art. 4º da LACP: medida cautelar adotada durante procedimento comum ou de execução.....	157
▶ Tutela específica contra o ilícito: tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito.	157
▶ A possibilidade de aplicação da tutela específica contra o ilícito no processo coletivo.....	157
▶ A utilização da tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito para qualquer direito coletivo <i>lato sensu</i>	158
▶ O parágrafo único do art. 497 do Código de Processo Civil e a previsão da tutela específica contra o ilícito.	158
▶ A tutela inibitória do ilícito (primeira parte do art. 497, CPC).	158
▶ A tutela de remoção do ilícito (segunda parte do art. 497, CPC).	158
▶ A tutela específica contra o ilícito e a desnecessidade em demonstrar culpa ou dolo e de comprovar a existência de dano (separação entre ato ilícito/dano).	159
▶ A produção probatória recai sobre a ilicitude da conduta e a probabilidade de ocorrência de uma nova ou já ocorrida conduta ilícita.	159

Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:.....	160
▶ Normas correlatas em outras legislações.	160
▶ Art. 3º da Lei n. 7.853/89 (Pessoas com Deficiência).....	160
▶ Art. 82 da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).....	160
▶ Art. 210 da Lei n. 8.069 (ECRIAD).....	160
▶ Art. 81 da Lei 10.741/03 (Estatuto dos Idosos).....	161
▶ Art. 1º da Lei n. 4.717/65 (Lei da Ação Popular).....	161
▶ Art. 21 da Lei n. 12.016/09 (Lei do Mandado de Segurança).	161
▶ Art. 27 § 1º da Lei n. 9.966/00 (Poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional).....	161
▶ Art. 7º da Lei n. 9.870/1999 (Anuidades escolares).....	162
▶ Art. 12 da Lei n. 13.300/16 (Lei do Mandado de Injunção).....	162
▶ A nomenclatura da ação civil pública e sua relação com a legitimidade ativa para o ajuizamento da ação.....	162
☐ A natureza jurídica da legitimidade <i>ad causam</i> na ação civil pública: legitimidade extraordinária por substituição processual.	162
▶ A legitimidade <i>ad causam</i> na ação civil pública é plúrima e mista.	163
▶ A diferenciação entre a legitimidade extraordinária por substituição processual e a legitimidade por representação processual.....	164
▶ As características da legitimação extraordinária por substituição processual nas ações coletivas: exclusiva, autônoma, concorrente e disjuntiva/simples. ...	164
▶ A importância da legitimidade coletiva ante uma carência organizacional do grupo de pessoas tutelado na ação coletiva.	164
▶ O controle jurisdicional da legitimidade nas ações coletivas (<i>ope judicis</i>) e a representatividade adequada.....	165
▶ A representatividade adequada é um instituto que decorre do devido processo legal coletivo.....	166
▶ Desnecessidade de controle judicial da legitimidade do autor da ação civil pública.....	167
▶ O sistema bifásico de controle da legitimidade coletiva: controle <i>ope legis</i> e <i>ope judicis</i>	167
▶ Exemplos de critérios para aferição judicial da representação adequada em qualquer tempo e grau de jurisdição (art. 8º, § 1º e 2º do Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos).	168
▶ Legitimidade passiva na ação civil pública.....	168

I – o Ministério Público;	168
❑ Precedente. Súmula. Legitimidade do Ministério Público para defesa de qualquer espécie de direito coletivo <i>lato sensu</i> dos consumidores. Súmula 601 do STJ.	168
▶ Legitimidade do Procurador-Geral de Justiça para o ajuizamento de ação civil pública. Art. 29, VIII da Lei n. 8625/93.....	169
❑ Legitimidade do Procurador-Geral de Justiça para ajuizamento de ACP em face de Governador.	169
❑ Legitimidade do Ministério Público para a defesa do patrimônio público (dano ao erário).	169
❑ Legitimidade do Ministério Público para a defesa de comunidades indígenas.	170
❑ Legitimidade do Ministério Público para defesa de direitos individuais homogêneos “disponíveis” com relevância social (interesses sociais qualificados). .	170
❑ Legitimidade do Ministério Público para defesa de direitos sociais relacionados ao FGTS.....	171
❑ Legitimidade do Ministério Público para a defesa de direitos indisponíveis de crianças e idosos ainda que individualmente considerados (direito a medicamento, direito a tratamento médico, direito à creche etc.).	172
❑ Legitimidade do Ministério Público para a defesa de direito à saúde de criança ou menor necessitado.	174
❑ Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ACP que visa o cumprimento, pelo plano de saúde, de cláusula contratual que preveja atendimento emergencial na residência dos consumidores contratantes.....	175
❑ Legitimidade do Ministério Público para buscar fornecimento de passagens rodoviárias e custeio de viagem para indispensável tratamento médico-hospitalar em favor de menor acometido de problemas.....	175
❑ Legitimidade do Ministério Público para buscar fornecimento de pilhas para o funcionamento de aparelhos auditivos em favor de menor.....	176
❑ Legitimidade do Ministério Público para aplicação do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03).	177
▶ Legitimidade do Ministério Público para defesa dos direitos individuais homogêneos dos idosos.....	177
▶ Exemplos práticos de tutela coletiva na defesa dos direitos dos idosos: construção de abrigos, tratamento adequado para doenças crônicas, fornecimento de medicamentos, efetivação do direito à educação e acessibilidade ao transporte público.....	178
❑ Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP que vise a tutela do direito ao lazer e à cultura dos idosos.....	178

▶ Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP visando a suspensão de atividades ou dissolução de entidades de atendimento, asilos e abrigos para idosos.....	178
☐ Legitimidade do Ministério Público para tutela de direito individual indisponível (direito à saúde) de cidadão desprovido de recursos.....	178
☐ Legitimidade do Ministério Público para tutela de direito de obtenção de certidão em repartição pública (direitos individuais homogêneos com forte espectro social).....	179
☐ Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP visando à correção de irregularidades na fiscalização do trânsito.....	179
☐ Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP visando à correção de serviços tabelados no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS..	180
☐ Precedente. Corte Especial. Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP em defesa de direitos de mutuários do Sistema Financeiro de Habitação – SFH.....	180
☐ Precedente. Corte Especial. Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP visando à devolução de valores pagos indevidamente em contratos de aquisição de casa própria disciplinados pelo SFH.	180
☐ Precedente. Súmula. Pleno STF. Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ação civil pública sob a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares. Súmula 643 do STF.	181
☐ Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP motivada por cláusulas abusivas em contratos de planos de saúde.....	181
☐ Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP visando à cessação de atividade de captação de poupança popular disfarçada de financiamento de linha telefônica.....	181
☐ Legitimidade do Ministério Público para buscar a cessação de débitos não autorizados na conta de telefonia dos consumidores.....	182
☐ Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP com pedido de cessação de jogos de azar (máquinas caça-níqueis, vídeos-pôquer e similares).....	182
☐ Legitimidade do Ministério Público para discutir a legalidade de tarifa cobrada pelos bancos por boleto bancário.....	182
☐ Legitimidade do Ministério Público Federal para ajuizar ACP visando debater a cobrança de encargos bancários supostamente abusivos praticados por instituições financeiras privadas.....	183
☐ Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ACP buscando a manutenção de ensino médio no período noturno de colégio custeado pela União.	183

- Legitimidade do Ministério Público Estadual e do Ministério Público do Trabalho para, em conjunto, ajuizarem ACP buscando cumprimento de normas atinentes à segurança e à medicina do trabalho. 184
- Possibilidade de o Ministério Público de estado-membro promover sustentação oral no Supremo. 184
- Ilegitimidade do Ministério Público Estadual para propor ação civil pública contra empregador visando compeli-lo a cumprir normas de higiene e segurança do trabalho. 185
- Legitimidade do Ministério Público do Trabalho para ajuizamento de ACP na defesa de direitos coletivos *lato sensu* que se relacionem à tutela de direito do trabalho..... 185
- O Ministério Público do Trabalho não possui legitimidade para atuar, em sede processual, perante o STF..... 185
- O Ministério Público do Trabalho não possui legitimidade para atuar, em sede processual, perante o STJ. 186
- Legitimidade do Ministério Público do Trabalho para ajuizamento de ação civil pública na tutela de direitos individuais homogêneos de trabalhadores em condições de escravidão. 187
- Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ação civil por ato de improbidade administrativa (inclusive por atos anteriores à CF/88)..... 187
- Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ACP visando à adequação do serviço público de transporte..... 188
- Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ACP visando impugnar majoração abusiva de tarifa de transporte coletivo público. 188
- Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ACP em busca de demolição de obra irregular construída em área tombada (art. 1º, III, da Lei n. 7.347/1985). 188
- Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ACP em matéria previdenciária. 188
- Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP visando ao tratamento de esgoto a ser jogado em águas fluviais. 189
- Legitimidade do Ministério Público Federal para ajuizamento de ACP contra resolução que impõe aos graduados a obrigação de realizarem o exame como condição prévia à obtenção do registro profissional no Conselho de Medicina Veterinária..... 189
- Legitimidade do Ministério Público para propor ACP em defesa do direito de informação do consumidor quanto ao saldo em bilhete de vale transporte.. 190
- Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP visando discutir a abusividade de critérios de reajuste em contrato de adesão nos serviços de concessão de lotes e jazigos em cemitério..... 190

☐ Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ação civil pública visando garantir o acesso aos critérios de correção de provas de concurso público.	190
☐ Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP buscando o fornecimento de cesta básica sem glúten a portadores de doença celíaca...	191
☐ Legitimidade do Ministério Público para obrigar plano de saúde a custear tratamento.	191
☐ Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP cujo pedido seja a condenação por improbidade administrativa de agente público que tenha cobrado taxa por valor superior ao custo do serviço prestado, ainda que a causa de pedir envolva questões tributárias.....	191
☐ Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP objetivando a liberação de saldos de contas PIS/PASEP de pessoas incapazes com invalidez.	192
☐ Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP em defesa de direitos individuais homogêneos de consumidores, mesmo que disponíveis, em razão da promoção de valores e objetivos definidos pelo próprio Estado, o que pressupõe sua relevância social (art. 5º, XXXII e 170, V da CF/88). ...	192
☐ Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP buscando a proibição de tráfego de máquinas agrícolas e veículos pesados no perímetro urbano de Município.	193
☐ Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP que trata de benefícios fiscais (envolvendo tributos) que possam causar danos ao patrimônio público, em respeito à Súmula 329STJ.	193
☐ Legitimidade do Ministério Público para postular fornecimento de medicamentos por meio de ação civil pública.....	194
▶ Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ação civil pública na tutela de direitos coletivos relacionados ao mercado de valores mobiliários. .	194
▶ Os fundamentos da legitimidade e da intervenção do Ministério Público na defesa coletiva dos investidores do mercado de valores mobiliários....	195
☐ Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ação civil pública em face de poluição sonora e para adoção de medidas protetivas de segurança de trânsito.....	196
☐ Ilegitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP que objetiva impedir a cobrança de tributos na defesa de contribuintes.	197
☐ Ilegitimidade do Ministério Público para o ajuizamento de ação civil pública para discutir a ilegalidade de recebimento de gratificação natalina por juizes federais e servidores públicos.	197
☐ Ilegitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP visando à definição de sujeito passivo do PIS/PASEP e da COFINS nos serviços de telefonia.....	197

❑	Ilegitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ACP visando à discussão de reajuste salarial de servidor público.	198
❑	Ilegitimidade do Ministério Público Estadual para a tutela coletiva de bem da União.	198
❑	Ilegitimidade do Ministério Público para ajuizar ACP quando não for verificado direito ou interesse coletivo.	198
❑	Ilegitimidade do Ministério Público para ajuizar ACP contra ex-dirigente de clube de futebol por supostos danos causados à agremiação futebolística. ...	199
❑	Ilegitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ação civil pública para defesa de um pequeno grupo de pessoas (associados de um clube). ...	199
❑	Ilegitimidade do Ministério Público Federal e legitimidade do Ministério Público Estadual para ajuizamento de ACP que visa garantir a participação popular no processo legislativo do plano direito municipal.	200
II – a Defensoria Pública;		200
▶	A inclusão da previsão de legitimidade da Defensoria Pública pela Lei 11.448/2007.	200
▶	A importância da atuação da Defensoria Pública na defesa dos direitos coletivos de grupos vulneráveis.	200
❑	O julgamento de improcedência da ADI 3943 que buscava o reconhecimento da inconstitucionalidade da Lei 11.448/2007 que conferiu legitimidade à Defensoria Pública.	201
❑	A legitimidade da Defensoria Pública depende da existência de beneficiados que se enquadrem na condição jurídica de necessitados.	201
▶	A compreensão acerca do conceito de necessitado engloba também a hipossuficiência jurídica.	202
❑	A compreensão acerca do conceito de necessitado engloba uma perspectiva econômica e organizacional.	203
❑	A compreensão acerca do conceito de necessitado engloba apenas a hipossuficiência econômica.	204
❑	Precedente. Corte Especial. Legitimidade da Defensoria Pública para ajuizamento de ACP em defesa dos hipossuficientes jurídicos.	204
❑	Legitimidade da Defensoria Pública para ajuizamento de ACP para promover a defesa de direitos difusos e coletivos de que sejam titulares pessoas necessitadas.	206
❑	Legitimidade da Defensoria Pública para ajuizamento de ACP que busca auferir responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.	206

☐ Legitimidade da Defensoria Pública para defesa de qualquer espécie de direito coletivo <i>lato sensu</i> dos consumidores.....	206
☐ Legitimidade da Defensoria Pública para ajuizamento de ação civil pública em defesa de qualquer direito coletivo <i>lato sensu</i> decorrente de lesão praticada por instituição financeira.....	207
☐ Legitimidade da Defensoria Pública para ajuizamento de ACP em defesa de direito à educação.....	207
☐ Legitimidade da Defensoria Pública para ajuizamento de ação civil pública em defesa de idosos.....	208
III – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;.....	209
▶ Legitimidade das pessoas jurídicas de direito público interno.....	209
▶ Conceito de pessoas jurídicas de direito público interno.....	209
☐ Desnecessidade de pertinência temática e representatividade adequada das pessoas jurídicas de direito público interno para o ajuizamento de ação civil pública.....	210
IV – a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;	211
▶ Legitimidade das entidades da administração pública indireta.	211
▶ Legitimidade ampla da OAB.	211
☐ Legitimidade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para ajuizamento de ACP sem restrição de temas (pertinência temática).....	212
V – a associação que, concomitantemente:.....	213
a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;.....	213
b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. (Redação dada pelas Leis Lei nº 12.966 e nº 13.004, de 2014).....	213
▶ A legitimidade das associações para propositura de ACP e os requisitos legais objetivos.	213
▶ O requisito da constituição por ao menos 01 (um) ano e a necessidade de inscrição no registro civil das pessoas jurídicas.	213
▶ O Requisito da pertinência temática e desnecessidade de finalidade específica.	213

☐ Previsão estatutária genérica e reconhecimento de ilegitimidade de associação.....	214
☐ Legitimidade de associação em defesa do consumidor para ajuizamento de ação coletiva em favor dos participantes desistentes de consórcio de veículos.....	214
☐ Legitimidade de associação em defesa do meio ambiente para ajuizamento de ACP que visa à tutela de estética e paisagismo de uma zona residencial.....	214
▶ O controle jurisdicional da legitimidade das associações.....	215
▶ As associações possuem legitimidade para ajuizar ação coletiva buscando tratar do valor das anuidades ou das semestralidades escolares de ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior (art. 7º da Lei 9.870/99).	216
☐ Legitimidade de Centro Acadêmico de Direito (associação civil constituída) para ajuizamento de ACP em defesa de direitos individuais dos estudantes do respectivo curso em face da instituição de ensino particular.....	217
☐ Legitimidade para associação tutelar direitos de seus associados e de seus não associados.....	217
☐ Necessidade de autorização dos associados para ajuizamento de ação por representação processual pela associação (art. 5º, XXI, CF/88).	217
▶ A necessidade de autorização se aplica apenas às ações por representação processual ajuizadas pelas associações.	218
▶ Diferença entre legitimidade extraordinária por substituição processual e a representação processual.....	218
▶ As formas de atuação em juízo das associações: ação coletiva por legitimação em substituição processual e ação por representação processual.....	219
☐ Aplicação do precedente fixado no RE 573.232/SC nas ações coletivas pelo STJ.....	219
☐ Possibilidade de substituição no polo ativo por outra associação em caso de dissolução da associação que ajuizou a ação civil pública.....	220
▶ Indevida aplicação do precedente fixado no RE 573.232/SC nas ações coletivas pelo STJ.....	221
▶ O caso Apple e a indevida aplicação do precedente fixado no RE 573.232/SC nas ações coletivas.	222
☐ Desnecessidade de autorização assemblear para o ajuizamento de mandado de segurança coletivo.	223
☐ Ilegitimidade da associação para ajuizamento de ação civil pública em que se postula direito individual destituído de homogeneidade.....	224
☐ Legitimidade das associações para ajuizamento de ACP que visa a declaração de nulidade de cláusulas em contrato de planos de saúde.....	224

☐ Legitimidade da associação para ajuizamento de ação civil pública que busca discutir pagamento de taxa de aforamento, ocupação e laudêmio.....	225
☐ Legitimidade da associação para ajuizamento de ação civil pública visando descontaminação e recuperação de áreas degradadas.....	225
☐ Legitimidade da associação para ajuizamento de ação coletiva visando a declaração de nulidade de garantia hipotecária dada pela construtora à instituição financeira após ter negociado o imóvel com o promissário comprador. .	226
☐ Legitimidade de associação para ajuizamento de ACP que busca a declaração de nulidade de cláusula de cobrança de tarifa sobre cheque emitido com valor igual ou superior a cinco mil reais.	226
▶ Legitimidade de associação para o ajuizamento de ACP na tutela de direitos coletivos relacionados ao mercado de valores mobiliários.....	226
☐ Ilegitimidade das Associações para o ajuizamento de ação coletiva em favor dos entes públicos.	227
☐ Ilegitimidade de associação de defesa dos consumidores para o ajuizamento de ACP que objetiva a anulação de multas de trânsito.....	229
☐ Ilegitimidade de associação de defesa dos consumidores para o ajuizamento de ACP que objetiva a tutela de beneficiários do DPVAT em razão da falta de pertinência temática.....	229
▶ Legitimidade dos Entes Despersonalizados para ajuizamento de ação coletiva, conforme art. 82, III, do Código de Defesa do Consumidor.	230
☐ Legitimidade de órgão especializado vinculado à Defensoria Pública Estadual para ajuizamento de ação civil pública objetivando a defesa de consumidores.....	230
☐ Legitimidade do PROCON para ajuizamento de ação civil pública que visa proteger consumidor.	230
▶ Legitimidade do Conselho Penitenciário para ajuizamento de ação civil pública na tutela do sistema carcerário.	231
☐ Legitimidade de Comissão de Defesa do Consumidor de Assembleia Legislativa Estadual para ajuizamento de ação civil pública em defesa de interesses e direitos individuais do consumidor.....	232
▶ Legitimidade da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para ajuizamento de ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos, coletivos ou difusos dos investidores.....	233
▶ Legitimidade dos fundos de investimento e clubes de investimento para ajuizamento de ação civil pública defesa de interesses individuais homogêneos, coletivos ou difusos dos investidores.....	234
▶ Legitimidade do condomínio para o ajuizamento da ação civil pública para tutela de direitos coletivos dos condôminos.	234

▶ Legitimidade do condomínio para ajuizar ação civil pública em face danos dos condôminos em serviços de telefonia e fornecimento de água e energia.....	236
▶ Legitimidade do indivíduo para o ajuizamento de ação civil pública em que pese a falta de previsão legal.....	236
§ 1º O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.....	237
▶ A obrigatória atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica nas ações civis públicas quando não atua como parte.....	237
▣ Desnecessidade de intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica em ação civil pública ajuizada pelo próprio <i>Parquet</i>	238
▣ A nulidade por falta de intervenção do Ministério Público como fiscal da lei somente ocorre em caso de prejuízo.....	238
▶ O Ministério Público e a possibilidade de convalidação de nulidade por falta de intervenção obrigatória (art. 279, § 2º, CPC).	238
▶ A intervenção do Ministério Público nas ações que tutelam direitos coletivos pertencentes às pessoas com deficiência.....	238
§ 2º Fica facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.....	239
▶ Possibilidade do Poder Público e de Associações legitimadas ingressar como litisconsortes de quaisquer das partes.....	239
▶ Hipótese de litisconsórcio facultativo e unitário.....	239
▣ Impossibilidade da União figurar como litisconsorte ativo do Ministério Público em ação civil pública na qual ela figura como uma das responsáveis pelos atos ilícitos.....	240
▣ Intervenção dos demais colegitimados como assistentes litisconsorciais em ação civil pública.	240
▣ Possibilidade de admissão da intervenção de agência reguladora como assistente simples em ação civil pública.	240
▣ Impossibilidade de admissão da intervenção de agência reguladora como litisconsórcio (passivo necessário) em ação civil pública.....	241
▶ Descabimento da denunciação da lide e do chamamento ao processo nas ações coletivas.	241
▶ Descabimento de denunciação da lide em ações coletivas que tutelam direito do consumidor e se fundam em responsabilidade objetiva (art. 88, CDC). .	241
▣ Vedação da denunciação da lide que se funda em pretensão de transferir a responsabilidade própria a terceiro.	242

■ Admissão da desconsideração da personalidade jurídica nas ações coletivas.	242
▶ Desconsideração da personalidade jurídica para garantir uma adequada e efetiva tutela do direito ao meio ambiente equilibrado.	243
▶ Desnecessidade de demonstração de abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato/ato ilícito ou violação dos estatuto/contrato social (art. 4.º da Lei 9.605/1998).	243
▶ A relevância da participação do <i>amicus curiae</i> no processo coletivo.	244
▶ O art. 138 do CPC e os requisitos objetivos para a intervenção do <i>amicus curiae</i> : relevância da matéria, especificidade do tema objeto da demanda ou repercussão social da controvérsia.	245
▶ Especificidade do tema objeto da demanda.	245
▶ Relevância da matéria ou repercussão social da controvérsia.	246
▶ O art. 138 do CPC e os requisitos subjetivos para a intervenção do <i>amicus curiae</i> : natureza do sujeito interveniente e representatividade.	246
▶ Poderes do <i>amicus curiae</i> no processo coletivo.	247
▶ A importância no controle e na delimitação dos poderes do <i>amicus curiae</i> pelo órgão jurisdicional.	247
▶ A importância na definição dos poderes do <i>amicus curiae</i> e a Recomendação nº 76/2020 do CNJ.	248
▶ Os três poderes do <i>amicus curiae</i> já previstos em lei: manifestação escrita, oposição de embargos de declaração e interposição de recurso de decisão que julga IRDR.	248
■ Possibilidade de intervenção da ANATEL como <i>amicus curiae</i> em ação civil pública que discute serviço de telefonia móvel.	248
▶ Possibilidade da intervenção da Comissão de Valores Mobiliários – CVM como <i>amicus curiae</i> em ação civil pública.	249
▶ Aplicação das previsões do CPC sobre intervenção de terceiros nas ações civis públicas.	249
▶ Necessidade de observância às técnicas de ampliação de contraditório na ação civil pública: <i>amicus curiae</i> e audiência pública. Enunciado nº 619 do FPPC.	249
§ 3º Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.	250
▶ A hipótese de desistência infundada nas ações coletivas e o prosseguimento da demanda com a sucessão processual do Ministério Público ou de outro legitimado no polo ativo.	250

▶ A desistência da ação não impõe uma obrigatoriedade ao Ministério Público ou a outro co-legitimado em assumir o polo ativo da ação civil pública.	250
▶ Remessa ao Chefe do Ministério Público em caso do membro do MP não assumir a titularidade ativa de ação civil pública.....	251
▶ O momento da desistência e a (des)necessidade de consentimento do réu..	251
▶ A hipótese de desistência do art. 5, § 3º da LACP também se aplica aos recursos cíveis.....	252
▶ A desistência da ação não implica em renúncia sobre o direito que se funda a ação.....	252
▶ Hipóteses de interpretação quando o órgão jurisdicional não concorde com a desistência da ação civil pública.....	252
▶ Aplicação por analogia ao art. 28 do Código de Processo Penal e a necessidade de decisão do Procurador-Geral de Justiça.	252
▶ Aplicação por analogia ao art. 9º da LACP e a homologação da desistência pelo Conselho Superior do Ministério Público.	252
▶ O dever do juiz em extinguir o feito sem resolução do mérito.	253
▶ A alteração na opinião do Ministério Público e a necessidade de existência de fato novo para ajuizamento de nova demanda.....	253
■ Ilegitimidade. Sucessão processual. Reconhecimento de vício na legitimidade da associação autora e a obrigatoriedade na oportunização ao Ministério Público para que assuma a titularidade da ação.	253
▶ Recomendação nº 76. Representação Adequada. Ausência. Sucessão do legitimado.	254
▶ A hipótese de abandono da ação civil pública.....	254

§ 4º O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido. 255

▶ A possibilidade de dispensa do requisito da pré-constituição (art. 5º, §4º da LACP).	255
■ A efetivação da dispensa do requisito de pré-constituição exige a presença de ao menos uma das duas hipóteses previstas no art. 5º, §4º da LACP.	255
■ Dispensa do requisito da pré-constituição para que associação ajuíze ACP visando a prestação de informações ao consumidor sobre a existência de glúten em alimentos.....	255
▶ Compreensão da dispensa por interesse social como uma impossibilidade de espera do decurso do prazo anual para tutela do direito coletivo por meio de ação civil pública.....	256

§ 5º Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei.....	256
▶ Possibilidade de formação de litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos.....	256
▣ Necessidade de demonstração de razão específica para a formação do litisconsórcio.....	257
▣ Possibilidade de admissão de litisconsórcio ativo facultativo entre o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e o Ministério Público do Trabalho em ação civil pública que vise tutelar pluralidade de direitos que legitimem a referida atuação conjunta em juízo.....	257
▣ Possibilidade de formação do litisconsórcio ativo facultativo entre o Ministério Público Estadual e o Federal.....	258
▣ Possibilidade de formação de litisconsórcio e a legitimidade ativa concorrente entre Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual.....	258
§ 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.....	259
▶ A vigência do art. 5º, § 6º da Lei da Ação Civil Pública mesmo diante do veto do parágrafo único do art. 92 do Código de Defesa do Consumidor que possuía teor idêntico.	259
▶ O necessário fomento e estímulo da resolução consensual nos processos coletivos pelos órgãos jurisdicionais e a Recomendação nº 76/2020 do Conselho Nacional de Justiça.....	259
▶ A diferença entre transação formal e substancial e o termo de ajustamento de conduta como forma de transação formal em que não há renúncia aos direitos coletivos <i>lato sensu</i>	260
▣ A admissão de transação de direitos difusos como exceção à regra.....	260
▶ A possibilidade de transação de direitos coletivos <i>lato sensu</i> a partir de critérios mais rigorosos de controle.....	260
▶ A possibilidade de autocomposição nas ações civis públicas sem que haja disposição dos direitos coletivos.....	261
▶ Acordo coletivo e a mitigação do princípio da confidencialidade.....	262
▶ A possibilidade de revisão do acordo coletivo.....	262
▶ A viabilidade de acordo coletivo firmado por legitimados coletivos privados a partir da observância de critérios mais rigorosos de controle (expurgos inflacionários).....	262

▶ A possibilidade de realização de negócios jurídicos processuais em ações civis públicas.....	263
▶ Negócio jurídico processual e a legitimidade negocial do ente.....	264
▶ Impossibilidade de realização de negócio jurídico processual acerca da competência em ações coletivas.....	265
▶ Impossibilidade de realização de negócio jurídico processual acerca do local de realização de atos extraprocessuais (inquérito civil, recomendação, termo de ajustamento de conduta etc.).....	265
▶ As diferenças entre os negócios jurídicos processuais e os termos de ajustamento de conduta.....	266
▶ A inserção de negócios jurídicos processuais em termos de ajustamento de conduta.....	266
▶ A transação de direitos e a Resolução nº 118/2014 do CNMP.....	267
▶ Resolução nº 118/2014 do CNMP. Negociação (art. 8º).	267
▶ Resolução nº 118/2014 do CNMP. Mediação (arts. 9º e 10).....	267
▶ Resolução nº 118/2014 do CNMP. Conciliação (arts. 11 e 12).	268
▶ Resolução nº 118/2014 do CNMP. Práticas restaurativas (arts. 13 e 14). ...	268
▶ Resolução nº 118/2014 do CNMP. Negócios jurídicos processuais (arts. 15, 16 e 17).	268
▶ Conciliação e mediação no âmbito dos direitos coletivos.	269
▶ Ação civil pública e a audiência preliminar de conciliação ou mediação (art. 334, CPC).	269
▶ Não realização da audiência preliminar de mediação ou conciliação e manifestação expressa de ambas das partes.....	271
▶ A discricionariedade do juiz diante da audiência preliminar de conciliação ou mediação.....	272
▶ Fundamentação adequada do ente público e desinteresse na realização da audiência preliminar de conciliação ou mediação.	272
▶ A (des)necessidade de realização de audiência preliminar de conciliação ou mediação ante a tentativa frustrada de solução consensual extrajudicial.....	273
▶ A possibilidade de manifestação prévia de desinteresse na realização da audiência preliminar de conciliação ou mediação em processos que tratam de matérias repetitivas.....	273
▶ A não vinculação do membro do grupo à composição consensual de direitos individuais homogêneos em ação civil pública.	274

▶ A possibilidade de realização de termo de ajustamento de conduta às exigências legais (conhecido como termo de ajustamento de conduta – TAC) diante de situações que envolvam a tutela de direitos coletivos <i>lato sensu</i> ...	274
▶ Os fundamentos que dão suporte à possibilidade de realização de Termo de Ajustamento de Conduta.....	274
▶ O Termo de Ajustamento de Conduta como instrumento de efetivação de acesso à justiça.....	275
▶ A natureza jurídica do termo de ajustamento de conduta como instrumento que possui finalidade conciliatória.....	275
▶ As características do termo de ajustamento de conduta.....	275
▶ A legitimidade dos órgãos para firmar termo de ajustamento de conduta... ..	275
▶ Os órgãos públicos e a resolução administrativa de conflitos (art. 32 da Lei 13.140/2015).....	276
▶ Termo de ajustamento de conduta firmado por ente que não possui legitimidade prevista em lei.....	277
▶ Rol amplo de pessoas e entes (pessoa natural, pessoa jurídica, órgãos públicos, condomínios, massa falida, espólio, sociedade de fato) que podem figurar como compromissários no termo de ajustamento de conduta desde que representadas.....	277
▶ A obrigatoriedade na intervenção do Ministério Público na tomada do compromisso por entidade legitimada a propor a ação civil pública.....	278
▶ A participação da coletividade e dos trabalhadores nos termos de ajustamento de conduta em matéria trabalhista firmados pelo Ministério Público do Trabalho.....	278
▶ O termo de ajustamento de conduta como título executivo extrajudicial que permite a execução.....	278
▶ A execução do termo de ajustamento de conduta poderá ser realizada por qualquer colegitimado.....	279
▶ A liquidez do termo de ajustamento de conduta.....	279
▶ O termo de ajustamento de conduta, a vinculação estrita à lei e a concretização de direitos coletivos.....	279
▶ O conteúdo mínimo do termo de ajustamento de conduta: cominações para o caso de descumprimento das obrigações/deveres nele contidas.....	280
▣ O órgão jurisdicional não está autorizado, em juízo, a aumentar a multa cominatória prevista no termo de ajustamento de conduta para o caso de descumprimento das obrigações/deveres acordados.....	281
▶ Cláusula penal cominatória e cláusula penal compensatória.....	281
▶ A possibilidade de termo de ajustamento de conduta parcial.....	281

- ▶ Necessidade de remessa ao Conselho Superior ou às Câmaras de Coordenação nos casos em que houve a firmação de termo de ajustamento de conduta com a participação do Ministério Público..... 282
- ▶ Possibilidade de realização de termo de ajustamento de conduta sucessivo. 282
- ▶ A homologação judicial e a possibilidade de termo de ajustamento de conduta judicial. 282
- ▶ A identidade parcial do termo ajustamento de conduta judicial e do termo de ajustamento de conduta extrajudicial. 283
- ▣ Possibilidade de ajuizamento de ação popular para buscar anular acordo homologado judicialmente em sede de ação civil pública. 283
- ▶ As principais diferenças entre o termo de ajustamento de conduta judicial e o termo de ajustamento de conduta extrajudicial: legitimidade, estabilidade, atuação do órgão superior do MP, atuação do MP, implicações processuais e impugnação..... 283
- ▣ A celebração de termo de ajustamento de conduta extrajudicial não forma coisa julgada, podendo os colegitimados ajuizar a ação civil pública independentemente da existência do TAC extrajudicial. 284
- ▶ Vedação da expedição de notificação recomendatória como medida alternativa ao termo de ajustamento de conduta. 285
- ▶ A publicidade do termo de ajustamento de conduta..... 285
- ▣ A falta de assinatura do termo de ajustamento de conduta impossibilita a sua execução. 285
- ▣ A necessidade da presença dos elementos mínimos de existência, validade e eficácia no termo de ajustamento de conduta..... 285
- ▶ O órgão público não poderá impor a aceitação à outra parte contraente. ... 286
- ▣ A não obrigatoriedade na celebração de termo de ajustamento de conduta..... 286
- ▣ Não cabimento de mandado de segurança contra indeferimento liminar de ação anulatória de título executivo extrajudicial formado por meio de termo de ajustamento de conduta..... 287
- ▣ Competência da Justiça do Trabalho para processar execução em decorrência de descumprimento, pela empregadora, de TAC celebrado com o Ministério Público. 287
- ▣ Incompetência da Justiça do Trabalho para processar execução em decorrência de termo de ajustamento de conduta que não possui natureza eminentemente trabalhista, mas apenas efeitos reflexos..... 287
- ▣ Possibilidade de celebração de termo de ajustamento de conduta em matéria de direito do consumidor..... 288

☐ Possibilidade de termo de ajustamento de conduta envolvendo direitos difusos nas obrigações de fazer e não fazer.....	288
☐ A celebração de termo de ajustamento de conduta após a sentença não implica em perda do interesse de agir.....	289
☐ Nulidade do título executivo subjacente ao termo de ajustamento de conduta cujas obrigações não foram livremente pactuadas.....	289
☐ A celebração de termo de ajustamento de conduta não obsta o ajuizamento da ação penal.....	290
☐ Validade de termo de ajustamento de conduta celebrado entre Ministério Público Estadual e empresa privada para preservar rio.....	290
▶ O termo de ajustamento de conduta não pode resultar em obstáculo para a tutela individual.....	291
▶ A revisão do termo de ajustamento de conduta.....	291
▶ A entrada em vigor de norma no curso da execução de TAC e a ilicitude superveniente do objeto.....	292
▶ O cumprimento do termo de ajustamento de conduta e a possibilidade de ajuizamento de ação civil pública para garantir tutela integral do direito coletivo.....	292
☐ Descabimento de honorários sucumbenciais em ação de embargos à execução de termo de ajustamento de conduta.....	293
▶ A LIDNB e o compromisso para convalidação de atos administrativos (art. 26 da LINDB).	293
▶ Compromisso do art. 26 da LINDB v. termo de ajustamento de conduta.....	293
▶ A possibilidade do ajuizamento de ação coletiva passiva, em que grupo de pessoas figura no polo passivo da demanda em razão de situação jurídica passiva (dever ou sujeição).	294
▶ Impossibilidade dos colegitimados da ação civil pública figurarem como réus em ação coletiva passiva, em razão da falta de autorização legislativa.....	295
▶ Legitimidade passiva de qualquer coletividade organizada para figurar como ré em ação coletiva passiva desde que devidamente representada.....	296
▶ Legitimidade passiva de qualquer colegitimado previsto em lei para figurar no polo passivo da ação coletiva passiva desde que preenchido o requisito de representação adequada.....	296
☐ Impossibilidade do réu apresentar, em ação coletiva, pedido de declaração incidental em face do autor, em razão da falta de previsão legal.....	297
▶ A possibilidade de ação coletiva passiva possessória no Código de Processo Civil de 2015 (art. 554, § 1º, CPC).....	297

- ▶ Exemplos de objetos da ação coletiva passiva: infirmação de direito coletivo pertencente a um grupo de pessoas, afirmação da existência de direito que o autor entende possuir em face da coletividade e harmonização do exercício de direito coletivo de titularidade de um grupo de pessoas. 297
- ▶ Exemplo prático de ação coletiva passiva. Litígios trabalhistas coletivos. 298
- ▶ Exemplo prático de ação coletiva passiva. Greve nacional dos policiais federais. 298
- ▶ Exemplo prático de ação coletiva passiva. Invasão de alunos universitários ao prédio da Reitoria. 299
- ▣ Exemplo prático de ação coletiva passiva. Ação coletiva passiva ajuizada em face de servidores públicos para revisão do pagamento de precatórios. 299
- ▶ Exemplo prático de ação coletiva passiva. Ação coletiva passiva em face de torcidas organizadas de equipes de futebol. 300
- ▶ Aplicação subsidiária das regras do processo coletivo ativo às ações coletivas passivas. 301
- ▶ Coisa julgada nas ações coletivas passivas propostas contra deveres ou estados de sujeição difusos ou coletivos *strictu sensu*. 301
- ▶ A insuficiência do atual regime da coisa julgada coletiva para solucionar os problemas advindos da formação da coisa julgada nas ações coletivas passivas. 301
- ▶ A necessidade de criação de regras específicas para a formação da coisa julgada na ação coletiva passiva e da adoção de um regime de vinculação *erga omnes e pro et contra* de coisa julgada. 302
- ▶ A reconvenção em ação civil pública quando o autor (substituto processual) tenha legitimidade extraordinária passiva (art. 343, § 5º, CPC). 302
- ▶ A reconvenção em ação civil pública representa uma ação coletiva passiva. 303
- ▶ Exemplos práticos de reconvenção em ações coletivas: ação popular e ação civil pública trabalhista. 303
- ▶ Possibilidade de migração entre os polos da ação coletiva pelo ente público: intervenção móvel nas demandas coletivas (art. 6º, § 3º da Lei nº 4.717/65 – Lei da Ação Popular e art. 17, § 3º da Lei nº 8.429/92 – Lei da Improbidade Administrativa). 304
 - ▶ A necessidade de manifestação expressa e utilidade ao interesse público. 304
- ▶ Entidades de infraestrutura específica para resolução de conflitos coletivos (*claims resolution facilities*). 305
 - ▶ Aplicabilidade das entidades de infraestrutura específica para resolução de conflitos coletivos no direito brasileiro. 306

▶ A criação das entidades de infraestrutura específica para resolução de conflitos coletivos: lei, ato administrativo, decisão judicial ou negócio jurídico.	307
▶ Forma das entidades de infraestrutura específica para resolução de conflitos coletivos.	307
▶ Exemplos de entidades de infraestrutura específica para resolução de conflitos coletivos.	307
Art. 6º Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.	308
▶ A previsão de duas normas jurídicas: regra destinada às pessoas (<i>faculdade</i> de comunicação) e regra destinada aos servidores públicos (<i>dever</i> de comunicação).	308
▶ A finalidade da norma: a otimização da proteção aos direitos coletivos.	308
▶ A apresentação de representação perante o Ministério Público poderá ser realizada por qualquer pessoa física ou jurídica, desde que seja capaz.	309
▶ A realização da representação por qualquer pessoa física ou jurídica não permite desistência posterior.	309
▶ A possibilidade de realização de denúncia anônima perante o Ministério Público.	309
☐ A denúncia anônima e a possibilidade de apuração de ato improbidade administrativa por meio de inquérito civil.	309
☐ A denúncia anônima e a instauração de inquérito civil: o anonimato não pode servir de escudo para eventuais práticas ilícitas.	310
☐ A possibilidade de denúncia anônima e a sua harmonização com a vedação ao anonimato constante no art. 5º, IV, CF/88.	310
▶ A relação do servidor público com a administração e o dever de provocar o Ministério Público.	311
▶ Norma semelhante na legislação que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais (art. 116, III e VI da Lei Federal n. 8.112/90).	311
▶ As sanções em decorrência da infração ao dever jurídico do servidor público: sanção disciplinar, ato de improbidade administrativa, crime de prevaricação ou contravenção penal.	311
▶ Comunicação do juiz ao colegitimado coletivo acerca de demandas individuais repetitivas que possam levar ao ajuizamento de ação civil pública (art. 139, X, CPC).	312

- ▶ A comunicação ao colegitimado coletivo e a Recomendação nº 76/2020 do Conselho Nacional de Justiça. 312
- ▶ Hipótese de comunicação do juiz ao colegitimado coletivo em razão do art. 139, X, CPC: alcance coletivo da demanda individual com repercussão na tutela de direitos coletivos *lato sensu*. 312

Art. 7º Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis..... 313

- ▶ A extensão do dever jurídico previsto no art. 6º da LACP aos magistrados.313
- ▶ O Poder Judiciário como destinatário da norma. 313
- ▶ Poder-dever de comunicação para o órgão jurisdicional. 313
- ▶ A previsão do Código de Processo Civil e o dever de comunicação do órgão judicial aos legitimados em caso de demandas individuais repetitivas. (art. 139, X do CPC). 313
- ▶ Dever de comunicação do órgão judicial aos legitimados em caso de relação jurídica plurilateral que envolva diversos titulares do mesmo direito. Enunciado nº 119 do FPPC. 314
- ▶ O Poder Judiciário também poderá dar ciência a outros colegitimados para propositura da ação coletiva. 314
- ▶ Inexistência de conversão de ação individual em ação coletiva em razão do art. 7º da LACP. 314
- ▶ O art. 40 do Código de Processo Penal como correlato ao art. 7º da LACP. 315
- ▣ O dever de dar ciência ao Ministério Público diante de ilegalidade que possa configurar crime. 315
- ▣ O Poder Judiciário deve realizar a remessa de cópia de peças relevante e não da integralidade dos autos. 315
- ▣ Caso prático. Ciência ao Ministério Público Federal de irregularidades praticadas pela administração pública durante estágio probatório de servidor público. 316

Art. 8º Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 15 (quinze) dias..... 316

- ▶ Normas correlatas em outras legislações. 316

▶ Art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal.....	317
▶ Art. 1º da Lei de Acesso à informação (Lei nº 12.527/2011).....	317
▶ Direito fundamental de acesso à informação (art. 5º, XXXIII, CF/88).	317
▶ Conceito de informação (art. 4º da Lei nº 12.527/2011).	317
▶ Direito fundamental de certidão (art. 5º, XXXIV, b, CF).....	317

§ 1º O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.....

317

▶ Normas correlatas em outras legislações.	317
▶ Art. 129, III da Constituição Federal.....	317
▶ Art. 6º da Lei n. 7.853/89 (Pessoas de Deficiência).....	318
▶ Art. 223 da Lei n. 8.069/90 (ECRIAD).....	318
▶ Art. 25, IV da Lei n. 8.625/93.	318
▶ A Resolução nº 023/2007 do CNMP e a regulamentação específica do inquérito civil no âmbito do Ministério Público.	318
▶ A possibilidade de edição de legislações estaduais complementares que respeitem as normas gerais.....	318
▶ Conceito de inquérito civil.....	318
▶ Inquérito civil. Titularidade e presidência exclusiva do Ministério Público.	319
▶ Os outros legitimados e a utilização da ação autônoma de produção antecipada de provas (art. 381, CPC).	319
▶ O Código de Processo Civil e antecipação de prova não urgente (art. 381 e ss. do CPC).	320
▶ A importância da ação de produção antecipada de prova não urgente.	320
▶ Finalidade: produção de provas e elementos de convicção para subsidiar a atuação ministerial.....	321
▶ O inquérito civil e o Termo de Ajustamento de Conduta.	321
▶ Natureza jurídica: procedimento administrativo investigativo.....	321
▶ Objeto: qualquer fato que possa autorizar a tutela de direitos e interesses a cargo do Ministério Público.	321
▶ A possibilidade de utilização do inquérito civil para apurar atos de improbidade administrativa ante a ausência de previsão na Lei n. 8.429/92.	322

☐ A não obrigatoriedade da instauração do inquérito civil para o ajuizamento de ação civil pública.....	323
▶ Distinções entre o inquérito civil e o inquérito policial: área de atuação, presidência e arquivamento.	324
☐ Simultaneidade de inquérito civil e de inquérito policial para apurar o mesmo fato.....	325
☐ Possibilidade da prova emprestada ou compartilhamento de provas entre o inquérito policial e o inquérito civil.	325
☐ Não há cerceamento de defesa pela utilização de prova emprestada quando observado o contraditório e a ampla defesa.....	325
☐ A desnecessidade da observância do direito ao contraditório no inquérito civil: inexistência de acusação ou sanção.....	326
▶ A influência negativa que a mera instauração de um inquérito civil pode possuir em relação ao investigado.....	328
▶ A possibilidade de garantir o contraditório no âmbito do inquérito civil a partir do binômio: efetividade da investigação (tutela dos direitos) v. garantias dos investigados.	329
▶ A instauração do Inquérito Civil é realizada mediante “portaria”.....	329
▶ As formas de instauração de inquérito civil: <i>ex officio</i> e a partir de representação apresentada ao Ministério Público.....	330
▶ A fundamentação do ato de instauração é imprescindível – controle da legitimidade e legalidade.....	330
☐ A instauração do inquérito civil não interrompe o prazo de prescrição para a ação de indenização.....	330
▶ Os efeitos da instauração do Inquérito Civil: interrupção da prescrição, expedição de requisições/notificações e requisição de perícias/informações.....	330
▶ A flexibilidade da determinação dos fatos que ensejam a instauração de inquérito civil.....	331
▶ A descrição dos fatos a serem investigados na portaria do inquérito civil.....	331
▶ O artigo 26 da LOMPE e os instrumentos à disposição do presidente do Inquérito Civil após sua instauração.....	331
☐ O Ministério Público Estadual tem atribuição para a instauração de inquérito civil em face de magistrado de primeiro grau.....	332
▶ A publicidade do inquérito civil como regra no ordenamento jurídico brasileiro (art. 7º da Resolução nº 023/2007 do CNMP).....	333
▶ O espectro da publicidade do inquérito civil (art. 7º, § 2º da Resolução nº 023/2007 do CNMP).....	333

▶ O acesso irrestrito do advogado, mesmo sem procuração, ao inquérito civil não sigiloso (art. 7º, § 6º e 7º da Resolução nº 023/2007 do CNMP).	334
☐ O direito do advogado constituído de ter acesso aos autos do inquérito civil.	334
▶ Decretação de sigilo das investigações e a possibilidade de restrição à publicidade ao advogado nos casos em que houver risco de comprometer a eficácia, a eficiência e a finalidade de diligências em curso (art. 7º, § 8º da Resolução nº 023/2007 do CNMP).	335
▶ A necessidade de fundamentação da decretação de sigilo em inquérito civil.	335
☐ Inaplicabilidade da Súmula Vinculante nº 14 aos inquéritos civis.	336
☐ Possibilidade de restrição à publicidade do inquérito civil em razão de direito à intimidade e à privacidade.....	336
☐ As provas produzidas no inquérito civil terão valor probatório relativo apenas se não forem afastadas por contraprova produzida durante a instrução processual.	337
☐ Inexistência de má-fé quando o Ministério Público não leva à ação civil pública todos os documentos constantes do inquérito civil público.	337
☐ O excesso de prazo para o processamento de inquérito civil, em princípio, não prejudica o investigado.....	337
☐ Precedente. Corte Especial. Eventual excesso no prazo de apuração realizada no inquérito não representa nulidade passível de contaminar processo criminal instaurado posteriormente.	338
☐ Possibilidade de denúncia criminal embasada em material produzido em inquérito civil público conduzido pelo Ministério Público.....	338
☐ O <i>habeas corpus</i> não é meio hábil para questionar aspectos ligados ao inquérito civil.	339
▶ O trancamento do inquérito civil por meio da impetração de mandado de segurança.	339
☐ Inexistência de ilegalidade na propositura da ação de improbidade com base nas apurações feitas em Inquérito Civil.....	339
☐ Impossibilidade de instauração de inquérito civil no âmbito eleitoral.....	340
▶ O dever constitucional de fundamentação incide no inquérito civil.....	340
§ 2º Somente nos casos em que a lei impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação, hipótese em que a ação poderá ser proposta desacompanhada daqueles documentos, cabendo ao juiz requisitá-los.....	340
▶ Hipóteses de restrição ao direito fundamental de acesso à informação.	340

- ▶ Risco à segurança da sociedade ou do Estado..... 341
- ▶ Restrição de acesso à informações pessoais em razão da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas..... 341
- ▶ Vedação de acesso aos documentos e informações referentes a ato administrativo pendente (art. 7º, §3º da Lei nº 12.527/11). 341
- ▶ Sigilo legal, segredo de justiça e segredo industrial (art. 22 da Lei 12.527/11). 342

Art. 9º Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente..... 342

- ▶ Arquivamento do inquérito civil..... 342
- ▶ Inexistência de fundamento fático ou jurídico para propositura da ação civil pública como ausência de justa causa..... 342
- ▶ Arquivamento do inquérito civil não impede o ajuizamento da ação civil pública por outro co-legitimado coletivo..... 343
- ▶ Arquivamento implícito e a firmação de um compromisso de ajustamento de conduta..... 343
- ▶ O Indeferimento liminar de instauração de inquérito civil..... 343
- ▶ Indeferimento liminar de instauração de inquérito civil e a necessidade de dar ciência aos interessados. 343
- ▶ Os efeitos do arquivamento do inquérito civil..... 344
- ▶ O arquivamento de procedimento investigativo no âmbito do Ministério Público do Trabalho..... 344
- ▶ A aplicação do dever de fundamentação na decisão de arquivamento do inquérito civil..... 344

§ 1º Os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público..... 345

- ▶ Prazo para remessa dos autos do inquérito civil arquivado ao órgão revisor competente (Conselho Superior do Ministério Público ou Câmara de Coordenação e Revisão). 345

§ 2º Até que, em sessão do Conselho Superior do Ministério Público, seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão as associações legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito ou anexados às peças de informação..... 345

▶ Apresentação de razões escritas pelos colegitimados (e não somente pelas Associações).....	345
▶ A possibilidade de apresentação de recurso no âmbito do inquérito civil.	345
§ 3º A promoção de arquivamento será submetida a exame e deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispuser o seu Regimento.....	
	346
▶ Controle do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), com o devido envio do inquérito civil.	346
▶ A importância do controle interno da decisão de arquivamento pelo CSMP.	346
▶ A homologação do arquivamento do inquérito civil pelo Conselho Superior não tem mero caráter administrativo.	346
§ 4º Deixando o Conselho Superior de homologar a promoção de arquivamento, designará, desde logo, outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação...	
	347
▶ Diligências possíveis quando o CSMP não tem condições de decidir acerca da homologação ou não do arquivamento (Art. 10, § 4º da Resolução nº 23/2007 do CSMP).	347
▶ O Procurador-Geral de Justiça como competente para designação de órgão do Ministério Público Estadual para o ajuizamento da ação na hipótese do art. 9º, § 4º.	347
▶ A propositura da ação civil pública ou a continuidade da apuração por designação do Órgão Superior deve ser realizada por membro do MP que não tenha sido responsável pelo arquivamento, em respeito à independência funcional.	348
▶ A possibilidade de desarquivamento do inquérito civil com base em fato novo.....	348
▶ Necessidade de observância aos atos normativos complementares dos respectivos Conselhos Superiores dos MPs estaduais e do MPF acerca do inquérito civil.	349
Art. 10. Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.....	
	349
▶ Normas correlatas em outras legislações.	349
▶ Art. 8º da Lei da Ação Popular (Lei nº 4.717/65).....	349
▶ Art. 8º da Lei nº 7.853/89.	349

▶ Art. 236 do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	350
▶ Art. 109 da Lei 10.741.	350
▶ Art. 26 da Lei do Mandado de Segurança.	350
▶ O art. 10 estabelece uma norma especial em relação ao crime de desobediência previsto no art. 330 do Código Penal.	350
▶ A importância da criminalização da conduta prevista no art. 10 LACP.	351
▶ O bem jurídico protegido no tipo penal previsto no art. 10 é o pleno exercício das atribuições ministeriais.	351
▶ Elementos objetivos do tipo penal: recusar, retardar e omitir.	352
▶ A recusa, o retardamento ou a omissão devem ser indevidos (demonstração da intenção de desobediência).	353
▣ O conteúdo jurídico da expressão “dados técnicos” como quaisquer informações, documentos ou certidões requeridas pelo Ministério Público.....	353
▶ Sujeito ativo do crime: a pessoa para a qual foi dirigida a requisição do Ministério Público.	354
▶ Possibilidade de concurso de agentes no crime previsto no art. 10 da LACP.	354
▶ Sujeito passivo do crime: o Ministério Público.	354
▶ A requisição dos dados técnicos deve ser realizada pelo Ministério Público..	354
▣ O não atendimento à requisição de dados que importem suposta inobservância de legislação trabalhista não configura crime.	355
▶ Momento de consumação do crime.....	355
▣ O delito do art. 10 da LACP é um crime formal, sendo irrelevante a ocorrência do resultado para sua consumação.	355
▶ O elemento subjetivo do crime é o dolo.....	356
▶ O princípio da confiança e a não configuração do crime.....	356
▶ Quando a conduta não se enquadrar nos elementos objetivos do tipo penal previsto no art. 10, poderá configurar o crime de desobediência previsto no art. 330 do CP.	356
▶ Concurso de normas em razão da similitude do delito com os crimes de prevaricação (art. 319, CP), de desobediência (art. 330, CP).....	357
▣ O dever de sigilo sobre os dados requisitados é excludente da ilicitude.	357
▣ A justificação eficaz e devidamente fundamentada afasta a configuração do tipo penal.....	358
▣ A indispensabilidade dos dados requisitados para propositura da ação civil pública como elementar do tipo penal previsto no art. 10.....	358
▣ A indispensabilidade dos dados requisitados para propositura da ação civil pública será apurada durante a instrução criminal.	359

▶ A indispensabilidade dos dados requisitados também existirá caso, em um primeiro momento, eles sirvam para instruir inquérito civil ou procedimento preparatório.....	359
☐ Necessidade da denúncia informar quais foram as informações requisitadas e sua imprescindibilidade para apuração de fatos em inquérito civil público, sob pena de reconhecimento de inépcia.....	360
☐ O agente público que recebe a requisição ministerial não poderá discricionariamente escolher quais informações serão ou não fornecidas.....	361
☐ A prescindibilidade dos dados técnicos requisitados resulta na atipicidade da conduta prevista no crime do art. 10.....	361
▶ Quando a ação é proposta de forma incompleta (sem os dados técnicos solicitados) ainda poderá resultar no cometimento do crime.	361
☐ Simples menção ao número de ofícios requisitórios não respondidos não é suficiente para configuração do crime.	362
☐ Não se configura o crime nos casos em que os dados podem ser obtidos com maior rapidez e eficácia em outra fonte.	362
☐ O deferimento de pedido de dilação para atendimento à requisição afasta a tipicidade da conduta.	362
☐ O Ministério Público não possui legitimidade para requisitar documentos que impliquem quebra de sigilo bancário.	363
☐ Trancamento da ação penal ante a atipicidade da conduta em razão do reconhecimento da ausência de lesão ou risco de lesão ao patrimônio público.....	363
☐ Alegação de inconstitucionalidade do art. 10 da LACP não pode ser suscitada incidentalmente no habeas corpus.	363
☐ Exemplo prático. Recusa no fornecimento de dados pelo Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.	363
☐ Exemplo prático. Recusa no fornecimento de dados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.	364
☐ Exemplo prático. Recusa no fornecimento de dados de suposto desvio de dinheiro público pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.	364
▶ Cabimento de suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/1995).	364
Art. 11. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor.....	365

▶ A multa coercitiva prevista no art. 11 (astreinte).....	365
▶ Momento de incidência da multa coercitiva: a fixação da multa e o esgotamento do prazo para cumprimento da ordem judicial.....	365
▶ A incidência da multa coercitiva em caso de atribuição de efeito suspensivo ao recurso.....	366
▶ O momento de incidência da multa coercitiva em caso de atribuição de efeito suspensivo ao recurso que posteriormente é indeferido.....	366
▶ A falta de clareza na decisão que impõe a obrigação e a possível inaplicabilidade da multa coercitiva.....	366
▶ A ciência prévia do devedor acerca da obrigação de fazer ou não fazer como requisito para aplicabilidade da multa coercitiva.....	367
▶ O CPC/2015, a ciência do devedor por intimação de seu advogado e aplicabilidade da multa coercitiva.....	368
▶ A periodicidade da multa coercitiva.....	368
▶ Incidência de correção monetária e juros no valor da multa coercitiva.....	369
▶ A previsão de multa coercitiva em termo de ajustamento de conduta.....	369
▶ A previsão de multa coercitiva em termo de ajustamento de conduta e a revisão jurisdicional nos casos excessivos.....	369
▣ A importância da multa astreinte como medida coercitiva para a tutela de direitos coletivos.....	370
▣ O dever <i>ope legis</i> e a obrigatoriedade na imposição da multa no processo coletivo.....	370
▣ A obrigatoriedade da imposição de multa e a natureza dos direitos tutelados no processo coletivo.....	371
▣ A obrigatoriedade da imposição de multa e a proteção do patrimônio histórico e cultural (direito difuso).....	371
▣ A imposição de multa com fundamento na presunção de resistência futura do réu.....	371
▣ Juízo de ponderação e a importância do caso concreto na fixação da multa coercitiva.....	372
▣ A cominação de multa <i>ex officio</i> ou por requerimento da parte.....	372
▣ Direcionamento da multa ao agente público responsável pelo cumprimento da decisão.....	373
▣ Direcionamento da multa ao agente público responsável pelo cumprimento da decisão e o respeito ao direito do contraditório e da ampla defesa.....	374
▣ O descumprimento de ordem judicial por agente público e a configuração de ato de improbidade administrativa.....	375

☐ A possibilidade de imposição de multa diária ao ente público como forma de coação para o fornecimento de medicamentos. REsp Repetitivo.....	375
☐ O Fundo de Defesa de Direitos Difusos como destinatário dos valores decorrentes da multa cominatória. (art. 2.º, inc. I, do Decreto 1.306/1994).	376
☐ Possibilidade de alteração ou revogação da multa coercitiva.	376
☐ A excepcionalidade da revisão da multa coercitiva pelo STJ: valor irrisório ou exorbitante.	377
☐ Redução da multa para descumprimento de determinação de tempo limite de espera em estabelecimento bancário.	377
☐ Redução da multa para descumprimento de obrigação de trazer aos autos cópia de novo contrato bancário eivado por cláusula abusiva.....	378
☐ Redução da multa para descumprimento de obrigação de fazer relativa à adequação dos serviços bancários aos deficientes visuais.....	378
☐ O cotejo entre o valor da causa e o valor da multa como meio inadequado para diminuição do valor da multa.....	379
☐ Aplicação de multa por cumprimento incompleto de ordem judicial relativa ao fornecimento de dados telemáticos.....	379
▶ O CPC/2015 e a possibilidade de execução provisória da multa cominatória (art. 537, § 3º, CPC).	380
Art. 12. Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.....	380
▶ A concepção da medida liminar como primeiro provimento judicial.....	380
▶ O equívoco na utilização da expressão “mandado” e a utilização do termo “medida”.	381
▶ A medida liminar sem oitiva do réu como exceção ao direito ao contraditório.	381
▶ Aplicação das disposições do CPC/2015 acerca da tutela provisória.....	381
▶ Requisitos para a concessão da liminar: probabilidade do direito e perigo de dano ou perigo de demora (o risco ao resultado útil do processo).....	381
☐ A medida liminar e o perigo de demora inverso.....	382
▶ Necessária análise judicial criteriosa para fins de concessão da medida liminar.....	383
▶ Tutela de urgência na ação civil pública.	383
▶ Aproveitamento da tutela provisória coletiva na ação individual: paralelo com o transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada coletiva.	383

▶ O indeferimento de tutela provisória na ação civil pública não impossibilita sua concessão na ação individual do membro do grupo.	383
▶ A importância da antecipação de tutela nas ações civis públicas ambientais.	383
▶ Aplicação da tutela provisória antecipada de natureza cautelar requerida em caráter antecedente no processo coletivo.....	384
▶ Exemplos práticos de tutelas cautelares no processo coletivo.	385
▶ Estabilização da tutela provisória antecipada de natureza cautelar requerida em caráter antecedente no processo coletivo.....	385
▣ Impossibilidade de concessão <i>ex officio</i> de tutela de urgência e a necessidade de requerimento da parte quanto ao pedido liminar.	386
▶ Medida liminar e o prazo para oitiva da pessoa jurídica de direito público. Art. 2º da Lei n. 8.437/92.	387
▣ Medida liminar e desnecessidade da prévia oitiva da pessoa jurídica de direito público.	388
▶ Atipicidade dos meios para conferir efetividade à medida liminar (art. 297, CPC).	388
▶ Adaptabilidade e fungibilidade da medida liminar.	389
▶ O art. 16 da LACP e a possível limitação territorial da decisão que concede medida liminar.	390
▣ Não cabimento de recurso especial contra acórdão que defere ou indefere medida liminar.	390
▣ Não concessão da antecipação da tutela por perigo de irreversibilidade.	390
▣ A medida liminar e o esgotamento do objeto da ação. Art. 3º. § 3º da Lei n. 8.437/92.	391
▶ Improcedência do pedido e revogação da medida liminar.	391
▣ A medida liminar em litígios coletivos pela posse de imóveis e a necessidade de audiência de conciliação e mediação. Art. 565 do CPC.	392
▣ Precedente. Corte Especial. Prazo manifestamente exíguo. A medida liminar e o estabelecimento de prazo compatível para seu cumprimento.	392
▶ A desnecessidade de prestação de caução para concessão de tutela de urgência no processo coletivo.	392

§ 1º A requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, poderá o Presidente do Tribunal a que competir o conhecimento do respectivo recurso suspender a execução da liminar, em decisão fundamentada, da qual caberá agravo para uma das turmas julgadoras, no prazo de 5 (cinco) dias a partir da publicação do ato. 393

▶ O regime jurídico de suspensão de segurança na ação civil pública: suspensão de liminares e sentenças.....	393
▶ A natureza e a excepcionalidade do pedido de suspensão de liminar.....	394
▶ A importância do pedido de suspensão de liminar nas ações civis públicas ambientais.....	394
☐ O pedido de suspensão de liminar não tem natureza de recurso.....	395
▶ A natureza incidental do pedido de suspensão liminar.....	395
▶ Pedido de suspensão requerido em concomitância com o recurso interposto.....	395
☐ Precedente. Suspensão de segurança. Inadequação para a apreciação do mérito.....	396
☐ Impossibilidade de pedido de suspensão de liminar contra decisão monocrática de suspensão de liminar.....	396
▶ Aplicação do princípio da razoabilidade no pedido de suspensão de liminar.....	396
☐ Legitimidade das empresas públicas, sociedades de economia mista, concessionárias e permissionárias de serviços públicos para pedido de suspensão de liminar.....	397
☐ Precedente. Corte Especial. Legitimidade do agente político afastado para pedido de suspensão de liminar.....	397
☐ Illegitimidade das associações civis para pedido de suspensão de liminar.....	397
▶ Impossibilidade de concessão de ofício da suspensão de liminar.....	398
▶ Inconstitucionalidade do pedido de suspensão de liminar nas ações civis públicas ambientais.....	398
☐ Precedente. Corte Especial. Impossibilidade do pedido de suspensão de liminar (art. 12, § 1º) nas demandas em que a Administração Pública é autora.....	398
☐ Precedentes. Corte Especial. Prazo para requerimento do pedido de suspensão de liminar.....	399
☐ Precedentes. Corte Especial. Desnecessidade da oitiva prévia da parte contrária para análise do pedido de suspensão.....	399
☐ Precedentes. Corte Especial. Extensão dos efeitos da suspensão de medida liminar por identidade fática e jurídica.....	399
▶ Competência do Presidente do tribunal para julgamento do pedido de suspensão de liminar.....	399
☐ Precedentes. Corte Especial. Competência do STF para o julgamento do pedido de suspensão de liminar em matéria constitucional.....	399

- ▶ Requisitos para concessão da suspensão de liminar: manifesto interesse público/flagrante ilegitimidade e iminência de lesão grave à ordem, à saúde, à segurança ou à economia pública..... 400
- ▶ Identificação do risco de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia pública como conceito jurídico indeterminado e a importância das provas e das peculiaridades do caso concreto..... 400
- ▣ Precedentes. Corte Especial. Necessidade de comprovação do potencial lesivo à ordem pública e econômica no pedido de suspensão de liminar. 400
- ▣ Precedentes. Corte Especial. Pedido de suspensão de liminar, paralisação de construção civil e risco de dano ambiental. Prioridade do meio ambiente em dano irreversível. 401
- ▶ A duração da vigência da decisão suspensiva de liminar até o trânsito em julgado do mérito da ação principal..... 401
- ▶ Cabimento de reclamação caso a decisão que suspendeu a liminar seja desconsiderada pelo juízo inferior. 402

§ 2º A multa cominada liminarmente só será exigível do réu após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado o descumprimento..... 402

- ▶ Execução das astreintes antes do trânsito em julgado. 402
- ▶ A astreinte deixa de ser devida diante de julgamento de improcedência da ação civil pública. 403
- ▶ Aplicação do microsistema da tutela coletiva (art. 84, § 4º do CDC) e execução provisória da multa coercitiva. 403
- ▣ Execução provisória de antecipação de tutela em ACP e (des)necessidade de caução (art. 521, VI, CPC). 404

Art. 13. Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados..... 405

- ▶ O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) e a destinação da condenação ao pagamento de quantia em ação civil pública..... 405
- ▶ A concepção e a natureza jurídica do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos como fundo especial de reparação de natureza contábil..... 406
 - ▶ O conceito de fundos especiais. Art. 71 da Lei Geral de Orçamentos (Lei nº 4.320/64). 406
- ▶ A excepcionalidade da condenação ao pagamento de quantia..... 406
- ▶ O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) e a *fluid recovery*..... 407

▶ O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) e as multas coercitivas.....	407
▶ O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e as multas advindas de infrações consumeristas administrativas (art. 57 do CDC).	407
▶ O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e as quantias advindas de dano moral coletivo.....	408
▶ O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e os seus recursos (art. 1º, §2º, da Lei n. 9008/95).	408
▶ A aplicação dos recursos e sua relação com a natureza da infração ou com o dano causado.....	408
▶ O fato das quantias decorrentes do FDD serem depositadas em conta única do Tesouro Nacional não extingue a vinculação na aplicação dos recursos.	409
▶ A inadequada utilização dos recursos do FDD no equilíbrio fiscal da União Federal.....	409
▶ Impossibilidade de aplicar o recurso no reparo de outro dano e as finalidades subsidiárias do FDD (art. 1º, § 3º da Lei n. 9.008/95).	410
▶ A modernização administrativa de órgãos públicos deve estar relacionada à execução de políticas de proteção aos direitos coletivos.....	410
▣ Aplicação de recursos de Fundo Estadual de Direitos Difusos no custeio de perícia em ação coletiva.	410
▶ A previsão do Fundo Federal de Defesa dos Direitos Difusos e de Fundos Estaduais.....	411
▶ A existência de outros fundos além do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.	411
▶ O Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional da Saúde em comparação ao FDD.....	411
▶ Impossibilidade de identificar as receitas do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos como espécie de tributos que compõem o orçamento primário da União.	412
§ 1º Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará depositado em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 12.288, de 2010).....	412
§ 2º Havendo acordo ou condenação com fundamento em dano causado por ato de discriminação étnica nos termos do disposto no art. 1º desta Lei, a prestação em dinheiro reverterá diretamente ao fundo de que trata o caput e será utilizada para ações de promoção da igualdade étnica, conforme definição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, na hipótese de extensão nacional, ou dos Conselhos de Promoção de Igualdade Racial estaduais ou locais, nas hipóteses de danos com extensão regional ou local, respectivamente. (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010).	412

Art. 14. O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.....	413
▶ A finalidade da norma prevista no art. 14 e o perecimento do direito.	413
▶ O CPC/2015, os recursos e o processo coletivo.	413
▶ O órgão jurisdicional responsável pela análise do efeito suspensivo no recurso de apelação e o CPC/2015: Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais.....	413
▣ Os efeitos dos recursos em sede de ação civil pública: efeito devolutivo (<i>regra</i>) e efeito suspensivo (<i>exceção</i>).....	413
▶ Aplicação do art. 14 ao recurso extraordinário e ao recurso especial.	414
▶ Efeito suspensivo e a necessidade de requerimento da parte recorrente.....	414
▶ Efeito suspensivo e necessidade de pronunciamento judicial expreso e fundamentado.	414
▶ Modulação/Mitigação do efeito suspensivo pelo órgão jurisdicional.	414
▶ Efeito suspensivo, a noção de dano irreparável ao recorrente e o risco de dano ao bem coletivo.....	415
▣ A predominância do bem coletivo para outorga de efeito suspensivo.....	415
▶ Direito coletivo v. direito oposto: o dano irreparável ao direito oposto deve causar prejuízo excepcional para concessão de efeito suspensivo.	415
▣ A noção de dano irreparável e a prestação de serviços de telefonia por empresa concessionária.	416
▶ A não concessão de efeito suspensivo ao recurso e o cumprimento provisório da decisão.....	416
▣ Não cabimento de recurso especial para rediscutir os pressupostos fáticos que permitem atribuir efeito suspensivo aos recursos.....	416
▶ Inaplicabilidade do art. 19 da Lei da Ação Popular nas ações civis públicas.	417
▶ A desistência do recurso e a renúncia ao direito de recorrer do Ministério Público.	417
▶ A desistência do recurso e a renúncia ao direito de recorrer dos outros Colegitimados.....	417
▶ Assunção da titularidade da ação por qualquer colegitimado e a desistência do recurso e a renúncia do direito de recorrer.....	418
▣ Aplicação da remessa necessária à sentença de improcedência de ação civil pública (art. 19 da Lei nº 4.717/65).	418
▣ Aplicação da remessa necessária à sentença de improcedência de ação de improbidade administrativa.	420

▶ Aplicação da remessa necessária em hipóteses de condenação da Fazenda Pública em ação civil pública (art. 496, CPC).	421
▶ Remessa necessária em qualquer hipótese de julgamento de mérito.	421
▶ Inaplicabilidade da remessa necessária em caso de sentença desfavorável à administração pública: limitação de valor da condenação ou do direito controvertido e precedentes judiciais e administrativos (art. 496, § 3º e 4º, CPC).	422
■ Remessa necessária e sentença ilíquida.	423
▶ Inaplicabilidade da remessa necessária em processo que a Fazenda Pública figura como assistente simples do réu.	423
▶ Eficácia imediata da sentença sujeita à remessa necessária.	423
▶ Possibilidade de <i>reformatio in pejus</i> na remessa necessária.	424
▶ Remessa necessária e o não cabimento de recurso adesivo.	424
▶ A concepção de interesse recursal diante da coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	424
■ Cabimento de agravo de instrumento contra todas as decisões interlocutórias proferidas em sede de ação civil pública.	425
▶ Obrigatoriedade na interposição de recurso pelo autor diante de sentença de improcedência dos pedidos em sede de ação civil pública.	425
▶ Legitimidade de interposição de recurso de terceiro em ação civil pública. ...	426
▶ Aplicação do instituto da ação rescisória nos processos coletivos que tutelam direitos coletivos <i>lato sensu</i>	426
▶ Legitimidade ativa e passiva na ação rescisória coletiva.	427
▶ Objeto da ação rescisória coletiva.	428
▶ Assistência na ação rescisória coletiva.	428

Art. 15. Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados. 428

▶ A importância da execução coletiva para uma adequada e efetiva tutela aos direitos coletivos.	428
▶ Cumprimento provisório ou definitivo de sentença em ação civil pública e aplicação do CPC/2015.	429
▶ Execução coletiva e aplicação dos meios de expropriação forçada previstos no art. 825 do CPC/2015.	429
▶ Execução provisória e desnecessidade de trânsito em julgado da sentença. ...	430

▶ Execução provisória da sentença coletiva e dispensa da caução.....	430
▶ Execução provisória da sentença coletiva em face da Fazenda Pública.....	430
▶ Execução da sentença coletiva e tutelas jurisdicionais.....	431
▶ Execução da sentença coletiva na defesa de direitos difusos e coletivos e a aplicação do CPC/2015.....	431
▶ Execução da sentença coletiva na defesa de direitos difusos e coletivos.....	431
▶ Execução da sentença coletiva e defesa de direito ambiental.....	431
▶ Autor da demanda, demais colegitimados e legitimidade da execução da sentença coletiva na defesa de direitos difusos e coletivos.....	432
▶ Ação civil pública ambiental e a legitimidade para execução da sentença coletiva.....	433
▶ Legitimidade ativa e execução coletiva de outros títulos judiciais.....	433
▣ Impossibilidade de ajuizamento de ação coletiva de conhecimento em caso de existência de título executivo extrajudicial.....	433
▶ Execução coletiva das decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.....	436
▣ Legitimidade do Ministério Público e execução de decisão proferida pelo Tribunal de Contas.....	436
▶ Legitimidade ativa e execução de decisão homologatória de acordo em ação civil pública.....	437
▣ Precedentes. Corte Especial. Execução coletiva da sentença pelo Sindicato (autor da ação coletiva) e desnecessidade de prévia autorização.....	437
▣ Execução coletiva da sentença por Associação (autora da ação coletiva) e necessidade de prévia autorização.....	438
▶ Ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública, execução individual e hipossuficiência.....	438
▶ O membro do grupo (titular de direito individual) não poderá realizar a execução coletiva da sentença proferida em ação civil pública.....	439
▶ Preferência por condenação certa e líquida na ação civil pública que tutela direitos difusos e/ou coletivos.....	439
▶ Execução coletiva e condenação por quantia certa na tutela de direito difuso e/ou coletivo.....	439
▶ Influência do direito material na execução. Inexistência de abstração e causalidade do título executivo. Execução por medidas atípicas. Modelo de tipicidade flexível, adequada e com predomínio das astreintes (art. 139, IV, CPC).....	439
▶ Preferência pela execução específica na ação civil pública.....	440

▶ Reparação dos danos aos direitos difusos e coletivos deve ser, preferencialmente, em espécie.....	440
▶ Reparação <i>in natura</i> dos danos ambientais.	441
▶ A sentença coletiva deverá, sempre que possível, ser líquida. Art. 7º da Recomendação nº 76/2020.	442
▶ Liquidação da sentença coletiva na defesa de direitos difusos e/ou coletivos.	442
▶ Liquidação da sentença coletiva na defesa de direitos difusos e/ou coletivos e nomeação de perito técnico.....	442
▶ Liquidação da sentença coletiva na ação civil pública ambiental.....	443
▶ Critérios para fixar indenização por ofensa a direito difuso e/ou coletivo.....	443
▶ Aproveitamento da sentença coletiva na defesa de direitos difusos e coletivos pelo membro do grupo (titular do direito individual).	444
▶ Condenação genérica na tutela de direitos individuais homogêneos (art. 95, CDC).	444
☐ Condenação genérica e o núcleo de homogeneidade: sé é devido, o que é devido e quem deve.	444
▶ Condenação genérica em ação civil pública na defesa de investidores do mercado de valores mobiliários.	445
☐ Liquidação por cálculos da sentença coletiva genérica que versa sobre direitos individuais homogêneos.	445
☐ Necessidade de liquidação da sentença genérica que manda pagar expurgos inflacionários e impossibilidade de realização de cálculos simples.....	446
▶ Desnecessidade de liquidação da sentença coletiva que versa sobre direitos individuais homogêneos.....	447
☐ Desnecessidade de que a causa de pedir da petição inicial da ACP contemple descrição pormenorizada das situações individuais de todos os substituídos.....	447
▶ Tutela ressarcitória e direitos individuais homogêneos.....	447
▶ Espécies de liquidação e execução da sentença na defesa de direitos individuais homogêneos: individual e coletiva (art. 97, CDC).	447
▶ Liquidação e execução coletiva da sentença na defesa de direitos individuais homogêneos (art. 98, CDC).	448
▶ Illegitimidade do Ministério Público para liquidar e executar sentença genérica que trata de direitos individuais homogêneos.....	448
☐ Execução coletiva pelo sindicato interrompe prazo prescricional para execuções individuais.	448

❑ Liquidação da sentença na tutela de direitos individuais homogêneos e o núcleo de heterogeneidade: a quem é devido e a quantidade devida.....	449
❑ Liquidação e execução individual da sentença na tutela de DIH pelas vítimas ou seus sucessores (art. 97, CDC).	450
❑ Preferência pela liquidação e execução individual pelas vítimas ou seus sucessores.	450
❑ Execução individual de indivíduo não integrante do Sindicato autor da ação coletiva.	450
❑ Execução fracionada de honorários sucumbenciais de cada um dos substituídos processuais em ação coletiva contra a Fazenda Pública.	451
❑ Liquidação e execução individual da sentença proferida em ação civil pública ambiental.	451
❑ Liquidação/execução individual da sentença proferida em mandado de segurança coletivo.	451
❑ Precedente. Recurso repetitivo. Competência e execução individual na defesa de direitos individuais homogêneos.	451
❑ Incompetência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública para execução individual de título executivo formado em ação coletiva que tramitou sob o rito ordinário (Recursos especiais repetitivos).....	453
❑ Precedente. Aplicação. Conversão em liquidações e execuções das ações individuais após o julgamento da ação coletiva.	453
❑ Precedente. Execução individual. Sentença coletiva. Prazo prescricional de 05 (cinco) anos.	453
❑ O prazo para execução individual de sentença proferida contra planos de saúde em ação civil pública é de cinco anos.	454
❑ Trânsito em julgado da ação coletiva, termo inicial do prazo prescricional e execução individual da sentença coletiva. Desnecessidade de comunicação por edital.	454
❑ Interrupção do prazo prescricional das execuções individuais e discussão quanto a legitimidade do sindicato.....	455
❑ Execução Individual de Sentença Coletiva. Processo de Execução. Necessidade de citação do executado na execução individual de sentença coletiva. ...	455
❑ Pessoa Jurídica que não figurou como réu na fase de conhecimento não possui legitimidade passiva para figurar na execução da sentença coletiva em defesa de DIH.....	456
❑ Alegação de ilegitimidade passiva em sede de execução da sentença coletiva.....	456
❑ Incidência de juros de mora desde o início da ação coletiva e não a partir da execução da sentença coletiva.	456

▶ Aplicação da multa de 10% (art. 523, §1º, CPC/2015) e execução individual.	458
☐ Aplicação da multa de 10% (art. 523, §1º, CPC/2015), sentença genérica em DIH e execução individual.	458
☐ Honorários advocatícios e ação de liquidação/execução individual da condenação genérica.	458
☐ Possibilidade de fixação de honorários advocatícios no cumprimento individual da sentença coletiva.	458
☐ Precedente. Súmula. Honorários advocatícios e ação de liquidação/execução individual da condenação genérica contra a Fazenda Pública. Súmula 345 do STJ:.....	459
☐ ACP, honorários advocatícios e ação de liquidação/execução individual da condenação genérica contra a Fazenda Pública.	459
☐ CPC/2015, honorários advocatícios e ação de liquidação/execução individual da condenação genérica contra a Fazenda Pública.....	460
▶ Concurso de créditos e preferência dos créditos individuais sobre os créditos coletivos (art. 99, CDC).	460
▶ Sustação da destinação do bem ou indisponibilidade da importância recolhida ao FDD. Concurso de créditos e garantia da preferência dos créditos individuais (art. 99, par. único, CDC).	461
▶ Patrimônio do devedor e desnecessidade de aplicação do disposto no par. único do art. 99 do CDC.	461
▶ A <i>fluid recovery</i> e a reparação integral do dano (art. 100, CDC).	461
▶ <i>Fluid recovery</i> : mecanismo exclusivo dos direitos individuais homogêneos e necessidade de sentença genérica.....	462
▶ A <i>fluid recovery</i> e a legitimação extraordinária e subsidiária dos legitimados coletivos.	462
▶ A <i>fluid recovery</i> e os danos individuais insignificantes ou de pequena monta.	462
▶ Incompatibilidade do número de liquidações e execuções individuais com a gravidade do dano (art. 100, CDC).	463
☐ A contagem do prazo de um ano do trânsito em julgado para realização da <i>fluid recovery</i> e a necessária publicação de edital para cientificação das vítimas acerca da sentença.....	463
☐ A possibilidade de publicação de edital cientificando as vítimas da sentença de procedência na rede mundial de computadores (<i>internet</i>).	464
▶ O decurso do prazo de um ano para a <i>fluid recovery</i> não extingue o direito do membro do grupo de liquidar e executar seus créditos individuais.....	464
▶ O prazo de um ano e o risco de um <i>bis in idem</i>	465

- Possibilidade de requisitar medida que visa à preservação do resultado útil do processo antes do decurso de um ano para realização da *fluid recovery*. 465
- ▶ Alternativas atípicas à *fluid recovery* do art. 100 do CDC. 466
- ▶ Possibilidade de apresentação de defesa do executado em execução fundada em título judicial. 466
- ▶ Inexistência de execução em caso de julgamento de improcedência dos pedidos em acção civil pública. 466

Art. 16. A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra acção com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova. 467

- ▶ Art. 103 do CDC. 467
- ▶ Art. 103 do CDC e a previsão geral da coisa julgada coletiva. 467
- ▶ Extensão *erga omnes* ou *ultra partes* da coisa julgada coletiva a todo o grupo tutelado, a depender do direito coletivo tutelado na ACP. 468
- ▶ Coisa julgada coletiva e julgamento de procedência ou improcedência com suficiência de provas na tutela de direitos difusos e coletivos *strictu sensu* (art. 103, I e II, CDC). 468
- ▶ Coisa julgada coletiva e julgamento de procedência ou improcedência com suficiência de provas na tutela de direitos individuais homogêneos (art. 103, III, CDC). 468
- ▶ Direitos difusos e coletivos *strictu sensu*, julgamento de improcedência por insuficiência de provas e coisa julgada *secundum eventum probationis* (art. 103, I e II, CDC). 468
- ▶ Desnecessidade de julgamento expresso de improcedência por insuficiência de provas e a coisa julgada *secundum eventum probationis*. 469
- ▶ Conceito de prova nova para fins de reajuzamento de nova ACP. 469
- ▶ O conceito de prova nova vs. conceito de prova superveniente. 469
- ▶ Inexistência de regramento expresso e aplicabilidade da coisa julgada *secundum eventum probationis* aos direitos individuais homogêneos. 470
 - ▶ O caso do medicamento Vioxx e aplicação da coisa julgada *secundum eventum probationis* aos direitos individuais homogêneos. 471
- ▶ Possibilidade de ajuizamento de acção rescisória em face de sentença de improcedência por falta de provas. 472
- ▶ Art. 16 da LACP e a tentativa inadequada de restrição da extensão subjetiva da coisa julgada à competência territorial do órgão prolator da decisão. 473

▶ Indivisibilidade ontológica do objeto da tutela jurisdicional coletiva.....	473
▶ Ofensa ao princípio da igualdade (art. 5º, <i>caput</i> , CF/88) e possibilidade de diferentes tratamentos processuais aos cidadãos.	476
▶ Ofensa ao princípio da economia processual.....	477
▶ Ofensa ao princípio da eficiência processual.....	477
▶ Confusão entre os conceitos de competência e jurisdição.	477
▶ Ilogicidade da restrição prevista no art. 16 da LACP.	478
▶ Resumo das críticas ao art. 16 da LACP.	478
▶ Fundamentos favoráveis à limitação imposta pelo art. 16 da LACP.	479
☐ O precedente judicial do STF em recurso extraordinário com repercussão geral: reconhecimento da inconstitucionalidade do art. 16 da LACP.....	480
☐ A ADIn 1.576-1/DF e a declaração de constitucionalidade da alteração do art. 16 da LACP, prevista no art. 3º da MP 1.570/97 (convertida na Lei n. 9.494/97).	480
☐ Exemplo prático. Improriedades do art. 16 da LACP e a proibição do ato de fumar a bordo de aeronaves em território nacional.	481
☐ Os precedentes judiciais vinculantes do STJ (art. 927, III e V, CPC) e a inaplicabilidade da restrição da coisa julgada prevista no art. 16 da LACP.....	481
☐ Precedente. Recurso repetitivo. A inaplicabilidade da leitura literal do art. 16 da LACP vale em qualquer fase do processo coletivo e na tutela de qualquer direito coletivo.....	482
☐ Precedente. Recurso repetitivo. Inaplicabilidade do art. 16 e necessidade de distinguir a eficácia da sentença e a autoridade da coisa julgada.	482
▶ Inaplicabilidade do art. 16 da LACP em relação à ação civil pública que tutela direitos coletivos relacionados ao mercado de valores mobiliários.	482
☐ Posicionamentos isolados e a aplicação da restrição territorial prevista no art. 16.	483
☐ Posicionamentos isolados e aplicação da restrição territorial prevista no art.16 apenas nas ações civis públicas em defesa de direitos individuais homogêneos.	483
☐ Decisão monocrática proferida no âmbito do STF acerca do art. 16 da LACP e aplicabilidade da restrição territorial nas ações coletivas.	484
☐ Reconhecimento de repercussão geral da matéria relativa à constitucionalidade do art. 16 da LACP.	485
▶ Improriedades da recente decisão monocrática no âmbito do STF acerca do art. 16 da LACP.	485
▶ O transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada penal para a esfera coletiva e individual no caso de sentença penal condenatória (art. 103, § 4º, CDC).	487

▶ Repercussão da sentença penal absolutória no processo penal.	487
▶ Cometimento do crime contra bem jurídico de natureza coletiva.	488
▶ Exemplo pratico. Crime ambiental cometido por empresa.....	488
▶ Exemplo pratico. Crime de loteamento clandestino ou irregular.....	488
▶ O título executivo judicial (sentença penal condenatória) pode ser utilizado, no âmbito cível, apenas contra o condenado da ação penal.....	488
▶ Extensão subjetiva <i>secundum eventum litis et in utilibus</i> e a vinculação dos membros do grupo (titulares de direitos individuais) à coisa julgada coletiva (art. 103, III, § 1º, 2º e 3º, CDC).	489
▶ Julgamento de procedência da ação coletiva e transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada coletiva para o plano individual (art. 103, III e § 3º, CDC).....	489
▶ Julgamento de improcedência da ação coletiva, preservação dos direitos individuais de ação e a possibilidade de ajuizamento ações individuais pelos membros do grupo (art. 103, § 1º, 2º e 3º, CDC).....	490
▶ Possibilidade de formação de precedente judicial prejudicial aos membros do grupo (titulares dos direitos individuais).	491
▶ Críticas à extensão subjetiva <i>secundum eventum litis et in utilibus</i> da coisa julgada aos membros do grupo (titulares dos direitos individuais).	491
▶ Art. 104 do CDC.	492
▣ Inexistência de litispendência entre ação coletiva e as ações individuais dos membros do grupo (art. 104, CDC).....	492
▣ Inexistência de conexão entre ação coletiva e ação individual do membro do grupo.....	493
▶ Aplicação da regra do art. 104 do CDC a todas as espécies de direitos coletivos <i>lato sensu</i> (difusos, coletivos <i>strictu sensu</i> e individuais homogêneos). .	493
▶ Trâmite conjunto de ações individuais e da ação coletiva: ciência inequívoca e suspensão ou prosseguimento da ação individual.	494
▶ Ciência inequívoca do autor da ação individual acerca do trâmite da ação coletiva.	495
▶ Pedido de suspensão da ação individual até antes da prolação da sentença.....	495
▶ A suspensão da ação individual pode ser revogada a qualquer tempo.....	495
▣ Precedente. Corte Especial. Suspensão das ações individuais. Possibilidade de suspensão das ações individuais em razão do ajuizamento de ação coletiva atinente a macrolide geradora de processos multitudinários.....	495
▣ A suspensão das ações individuais deve perdurar até o trânsito em julgado da decisão da ação coletiva.	497

■ Interrupção do prazo prescricional das ações individuais no caso de ajuizamento da ação coletiva.	497
▶ A necessidade de observância da duração razoável do processo diante da suspensão dos processos individuais.....	500
▶ A importância do <i>court management</i> e <i>case management</i> (gestão processual) diante da suspensão dos processos individuais: o exemplo do caso Plumbum.....	501
▶ Inexistência de continência entre ação coletiva e ação individual.....	502
▶ Inadequação da reunião entre ação coletiva e ação individual.....	502
■ Reconhecimento de litispendência entre duas ações coletivas ajuizadas por autores diferentes em razão da identidade dos beneficiários.	503
▶ Adequação da reunião de duas ações coletivas a partir da configuração da litispendência.....	504
▶ Aplicação das disposições da coisa julgada coletiva nos processos de improbidade administrativa: ressarcimento ao erário vs. sanções pessoais.	504
▶ A coisa julgada e a identidade entre ação civil pública e ação popular.....	505
▶ Aplicação direta do CPC. Aplicação do regime jurídico da coisa julgada sobre questão prejudicial (art. 503, § 1º e 2º, CPC) nas ações coletivas.....	505
▶ A promoção de princípios atinentes à tutela jurisdicional coletiva: isonomia, economia processual e segurança jurídica.	506
▶ O necessário preenchimento dos requisitos do art. 503, § 1º e 2º do CPC a partir da observância das peculiaridades da tutela jurisdicional coletiva.	506
▶ A impossibilidade de formação de coisa julgada sobre questão prejudicial de inconstitucionalidade.	507
▶ A coisa julgada parcial (e trânsito em julgado parcial) e o cumprimento definitivo parcial da sentença (art. 356, §2º e 3º e art. 523, CPC).	508
▶ Exemplo prático. Parcela da sentença incontroversa e recurso exclusivo acerca dos honorários advocatícios.	509
▶ Os legitimados coletivos e o dever de promover o cumprimento definitivo da parcela incontroversa da sentença.	510
▶ O cumprimento definitivo da parcela incontroversa da sentença como combate à atuação recursal protelatória dos réus.....	510
Art. 17. Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.....	511

▶ Condenação dos colegitimados coletivos em litigância de má-fé.	511
▶ As partes deverão agir e se conduzir com boa-fé durante todo o trâmite processual, inclusive conforme previsão do art. 5º do CPC/2015.	511
▶ A sanção prevista no artigo 17 da LACP é restrita às associações civis, não se aplicando aos demais legitimados previstos no art. 5º da LACP.	512
■ Impossibilidade de condenação presumida por litigância de má-fé e necessidade de comprovação do dolo da parte.....	512
▶ Desnecessidade de requerimento da parte para condenação por litigância de má-fé e preservação do direito de defesa do acusado.....	513

Art. 18. Nas ações de que trata esta lei, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais..... 513

▶ A previsão do art. 18 vale para qualquer ação coletiva, como corolário do acesso à justiça.	513
▶ As previsões dos artigos 17 e 18 da LACP se completam, não sendo possível se sustentar duplicidade de condenações.	513
■ Precedente. Corte Especial. Custas. A isenção de custas processuais prevista no art. 18 incide apenas sobre o autor da ACP.....	514
▶ Extensão da isenção de custas processuais na ACP.	514
■ Litigância de má-fé do Ministério Público e pagamento de honorários advocatícios e custas processuais..	515
■ A sucumbência do Ministério Público em ACP não caracteriza, por si só, a litigância de má-fé.	515
■ Litigância de má-fé do Ministério Público e pagamento de honorários advocatícios e custas processuais.	515
■ Isenção de custas processuais na ACP e desnecessidade de concessão de assistência jurídica gratuita.	516
■ Disposições quanto ao ônus da sucumbência do autor (artigos 17 e 18 da LACP) e do réu (artigos 82 e seguintes do CPC/2015).....	516
■ Precedente. Corte Especial. Honorários. Ministério Público, julgamento de procedência da ACP e honorários advocatícios.	516
■ Precedente. Recurso Especial Repetitivo. Tema 510. Exigência de adiantamento dos honorários periciais pelo Ministério Público e o pagamento pela Fazenda Pública a qual esteja vinculado.	516
▶ O pagamento dos honorários periciais não deve ser responsabilidade da Fazenda Pública.	517

☐ Custeio das perícias solicitadas pelo autor da ACP e o Fundo de Defesa de Direitos.....	517
▶ O CPC/2015 e adiantamento de honorários periciais pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública.	518
▶ Art. 472 do CPC. Dispensa da prova pericial. Inversão do custo da prova. ..	522
▶ Prova estatística ou por amostragem.	522
☐ Ministério Público e condenação por honorários advocatícios em processo de execução.	522
☐ A isenção de custas processuais não abrange as execuções individuais decorrentes de pedidos julgados procedentes em sede de ação coletiva.	523
☐ Precedente. Corte Especial. Honorários. Execução individual. Os honorários advocatícios são devidos no cumprimento individual de sentença coletiva contra a Fazenda Pública.....	523
☐ Condenação do réu ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios no procedimento de liquidação e execução individual da sentença coletiva.....	523
☐ Possibilidade de fixação de honorários advocatícios no cumprimento individual da sentença coletiva.	524
☐ Pagamento do preparo do recurso não é devido pelo autor da ação coletiva.....	524
☐ Descabimento de imposição de recolhimento prévio de “taxa judiciária” por parte do autor da ACP.	524
☐ Precedente.Corte Especial. Custa e Honorários. Sindicato. Aplicabilidade do artigo 18 da Lei Federal nº 7.347/85 em ação civil pública ajuizada por Sindicato na defesa de direitos individuais homogêneos da categoria que defende em juízo.	524
☐ A impossibilidade de pagamento de ônus sucumbenciais ao Ministério Público em ação civil pública.....	524
☐ Precedente. Corte Especial. Simetria. Não cabimento de imposição de honorários ao requerido. Aplicação do art. 18 da LACP à parte requerida e a impossibilidade de condenação em custas e honorários advocatícios, salvo comprovada má-fé, em razão da aplicação do princípio da simetria.	526
☐ Inaplicabilidade do art. 18 da LACP à parte requerida quando a ação civil pública for ajuizada por associação ou fundação privada.	527
Art. 19. Aplica-se à ação civil pública, prevista nesta Lei, o Código de Processo Civil, aprovado pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, naquilo em que não contrarie suas disposições.....	528

▶ O CPC/1973 se aplicava subsidiariamente ao microsistema da tutela coletiva.....	528
▣ O Código de Processo Civil se aplica subsidiariamente às acções civis por ato de improbidade administrativa.....	528
▶ Aplicação do CPC/2015 à acção civil pública.....	528
▶ Aplicação das disposições do CPC/2015 ao microsistema do processo coletivo.....	529
▶ A aplicação das técnicas do CPC/2015 ao processo coletivo a partir do paradigma da efetividade.....	530
▶ A aplicação das disposições do CPC/2015 no microsistema do processo coletivo: (i) aplicação direta, (ii) diálogo de fontes e (iii) subsidiariedade, supletividade e residualidade.....	530
▶ A aplicação supletiva, subsidiária e residual das disposições do CPC/2015 no microsistema do processo coletivo.....	531
▶ Uma proposta de consolidação das leis do processo coletivo.....	531
▶ Os efeitos da citação do réu na acção civil pública.....	532
▣ Intimação da parte autora da ACP e emenda da petição inicial.....	532
▶ Utilização de prova emprestada no procedimento da acção civil pública (art. 372, CPC/2015).....	533
▶ Observância do princípio do contraditório na utilização de prova emprestada.....	533
▣ Na Acção Civil Pública, é possível realizar a utilização de interceptação telefónica ou telemática produzida na esfera criminal.....	534
▶ Realização de atos instrutórios concertados nas acções civis públicas (artigo 69, § 2º, CPC/2015).....	534
▶ O valor da causa nas acções civis ambientais.....	534
▶ Aplicação do instituto da revelia nas acções coletivas mesmo diante da suposta indisponibilidade dos direitos coletivos.....	535
▶ Aplicação do princípio da eficiência nas acções coletivas.....	535
▶ Os processos coletivos não estão sujeitos à regra do julgamento conforme à ordem de conclusão (art. 12, § 2º, CPC).....	536
▶ A prioridade no julgamento das acções coletivas em todos os graus de jurisdição e a Recomendação nº 76/2020.....	536
▶ A importância da decisão de saneamento nas acções coletivas.....	536
▶ A preferência pela escolha de uma acção coletiva como causa-piloto no julgamento de casos repetitivos (incidente de resolução de demandas repetitivas e recursos especial e extraordinários repetitivos). Art. 8º da Recomendação nº 76/2020.....	536

Art. 20. O fundo de que trata o art. 13 desta Lei será regulamentado pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias.....	539
Art. 21. Aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor.....	539
▣ A existência do microsistema do processo coletivo.....	539
▶ A inexistência/desnecessidade do microsistema do processo coletivo a partir da entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015.	539
▶ A aplicação integrada e intercambiante entre as diversas legislações que compõem o microsistema do processo coletivo.	540
▶ Aplicação do microsistema do processo coletivo deve ser realizada apenas para ampliar a efetividade da ação civil pública.....	540
▶ A disciplina comum do microsistema do processo coletivo (art. 21, LACP c/c art. 90, CDC).....	541
▶ A comunicação entre a Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/1985) e a Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992).	541
▶ A inversão do ônus da prova prevista no CDC (art. 6º, VIII) e as ações coletivas.....	543
▶ As provas produzidas no inquérito civil como suficientes para demonstração da verossimilhança.....	544
▶ A inversão do ônus da prova não depende de pedido da parte interessada.....	545
▣ A inversão do ônus da prova em ACP ajuizada pelo Ministério Público.....	545
▣ A inversão do ônus da prova nas ações civis públicas ambientais.....	545
▶ A aplicação da distribuição dinâmica do ônus da prova prevista no CPC/2015 nas ações coletivas.	546
▶ A distribuição dinâmica do ônus da prova nas ações civis públicas ambientais.	546
▶ Momento de aplicação das regras da distribuição/inversão do ônus da prova: regra de julgamento ou regra de atividade.	546
▣ A aplicação da teoria da verossimilhança preponderante como exceção à regra de julgamento do ônus da prova: necessidade de um grau mínimo de probabilidade da existência do direito alegado para amparar uma decisão favorável.....	547

- ▶ A aplicação da distribuição/inversão do ônus da prova como regra de procedimento (aplicada antes da sentença) no CPC/2015. 547
- ▶ A importância da prova pericial para demonstração do dano ou do risco de dano ambiental. 548
- ▣ O prazo prescricional da acção civil pública é de 5 (cinco) anos por aplicação analógica do regime da acção popular (art. 21 da Lei n. 4.717/65)..... 548
- ▣ Inaplicabilidade do prazo de 05 (cinco) anos para o ajuizamento da acção popular às acções coletivas por inexistência de prazo prescricional legal determinado e utilização do direito material como parâmetro para determinação do prazo prescricional. 549
- ▣ Prazo prescricional quinquenal nas acções civis públicas envolvendo os planos Bresser e Verão (poupança e cobrança de expurgos inflacionários). 550
- ▣ O prazo prescricional da acção civil pública trabalhista é de 5 (cinco) anos por aplicação analógica do regime da acção popular (art. 21 da Lei n. 4.717/65). 551
- ▶ O prazo prescricional da acção civil pública deveria ter como parâmetro o direito material tutelado. 552
- ▣ Prazo prescricional quinquenal de acção civil pública ajuizada em face da Fazenda Pública. 553
- ▣ A imprescritibilidade da ACP de ressarcimento ao erário e o ato doloso tipificado na Lei Federal nº 8.429/92. 553
- ▣ Imprescritibilidade de acção civil pública em que se discute o direito à reparação de danos ambientais. 554
- ▣ Precedente. Súmula. Prescritibilidade quinquenária de acção de cobrança de multa aplicada por infração ambiental. Súmula 467 do STJ. 556
- ▣ O ajuizamento da acção civil pública interrompe o prazo prescricional para o ajuizamento das acções individuais dos membros do grupo..... 556
- ▣ O termo inicial da contagem do prazo prescricional para acção civil pública que busca anulação de prorrogação ilegal de contrato administrativo é o termino do contrato. 556
- ▣ Precedente. Corte Especial. Rito distinto. Autonomia entre as prescrições executórias envolvendo obrigação de fazer e obrigação de pagar em uma única acção civil pública. 557
- ▣ O ajuizamento de execução coletiva de obrigação de fazer, por si só, não repercute no prazo prescricional para execução individual de obrigação de pagar derivada do mesmo título..... 557

Art. 22. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.....	558
Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário.....	558
ÍNDICE REMISSIVO	559
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	597